BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 11 NÚMERO 10 OUTUBRO DE 1987

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

IMPRESSO

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

BANCO DO BRASIL S.A.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços no nível do produtor), Bruno Marcus Rangel Pessanha (pecuária supervisão de pesquisa), Eliana Conde Barroso Leite (tomate), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz, feijão uva), Fernando da Silva Santiago (café e amendoim), Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa (algodão e laranja), Irene Raguene Troccoli (milho, aves e suínos), Janete Fajardo Zaidhaft (cebola e mamona), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau), Martha Macedo de Lima Barata (aveia, centeio, cevada e sorgo).

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (preços de terras, salários e serviços), Lúcio Junqueira Campo (preços recebidos), Mário Sachs Rabello (índices e relações de trocas) e Oraide Terezinha Novaes (preços de insumos).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira (secretária), Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

Agroanalysis é uma publicação editada com o apoio financeiro do Banco do Brasil S.A.

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

A obscura situação da economia brasileira alcançou, também, o Setor Agrícola. Há algum tempo, a análise das tendências do desempenho próximo da atividade rural indica um quadro pouco alentador, que agora se confirma ao se conhecerem os resultados preliminares dos levantamentos mais recentes do ***IBGE,*** *a propósito do* ***Prognóstico da Produção Agrícola*** *do Centro-Sul e Rondônia. Das treze lavouras arroladas, apenas quatro (algodão herbáceo, batata-inglesa, soja e tomate) terão ampliadas suas áreas de cultivo. No caso das duas culturas de menor importância relativa (batata-inglesa e tomate), os acréscimos de 0,5% e 1,2% são inexpressivos. Quanto ao algodão e à soja, as estimativas destoantes atestam tão-somente a esperança de ganhos futuros, que a problemática conjuntura do comércio internacional põe em risco (os têxteis, por exemplo, foram o segundo produto brasileiro mais vendido ao mercado norte-americano, em 1986 e 1987).*

Nos cultivos em que ocorrerá retração da semeadura, destacam-se a cana-de-açúcar (-12,9%), a mandioca (-11,6%) e o arroz (-8,8%). Outrossim, os agricultores mais intimamente ligados à agroindústria produtora de gêneros não-alimentícios também plantarão menos, o que se expressa na grande redução da área da mamona (-25%) e do fumo (-6%). Ou seja, o pano de fundo da tomada de decisões quanto ao plantio não foi animador, para ninguém.

Ainda é cedo para que se possa definir como se dará o abastecimento, em 1988, mas é de se esperar que transcorra tranqüilo, na hipótese, indesejável, de se manter e/ou ainda se reduzir o atual poder de compra da população. A se confirmarem as estimativas do ***Prognóstico,*** *a oferta de alimentos poderá reduzir-se, no próximo ano. Há estoques elevados de arroz e de milho, a ponto de se cogitar de estabelecer quota de exportação de arroz, mas as chuvas escassas do mês de outubro não recomendam otimismo quanto às condições climáticas da safra. Contudo, do panorama cinzento que hoje paira sobre a oferta de alimentos, destaca-se, pela evolução positiva, uma* ***lavoura de inverno,*** *o trigo. Pelo terceiro ano consecutivo, os trigais apresentaram bom rendimento (este ano 12% a mais do que na safra anterior) e se estima a produção em 5,5 milhões de t, a serem consumidas no ano que vem.*

É interessante a situação da triticultura, pois a elevada produtividade física obtida deriva, em grande medida, de o preço de compra oficial ter permitido tratamento mais adequado às plantações.

Fenômeno oposto parece ameaçar a ***safra de verão.*** *É freqüente, no interior, a opinião de que as lavouras se tornaram mais vulneráveis, este ano, tendo em vista o alto custo dos insumos e a descapitalização dos produtores. Transpostos os obstáculos do período de desenvolvimento das lavouras, haverá que enfrentar a fase de comercialização, sempre difícil e sobre a qual hoje nada se pode antecipar.*

SUMÁRIO

PROGNÓSTICO DE SAFRA
- Milho 2

PRODUTOS VEGETAIS
- Batata 7
- Tomate 17

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 24

PANORAMA AGROPECUÁRIO
PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

MILHO

Os baixos preços e as deficiências verificadas no escoamento da safra recorde passada indicam redução da área de plantio em prol, sobretudo, do algodão e da soja.

Os incentivos que recebeu, durante a vigência do **Plano de Estabilização Econômica**, ensejaram uma produção recorde de 27 milhões de t, numa área de plantio de 13,7 milhões de ha. A principal contribuição para esse registro excepcional adveio do **Centro-Sul**, que colheu 25,7 milhões de t, em 10,7 milhões de ha. As elevadas perdas observadas no **Nordeste**, porém, destoaram do desempenho da região **Centro-Sul** e impediram a obtenção de 28 milhões de t do grão, quantidade estabelecida como meta pelo governo para 1989 e que, até quatro meses atrás, era anunciada como efetiva.

A euforia da safra incomum logo se desfez, com o início da fase de comercialização, quando os preços do cereal **despencaram**, pelas mais diversas razões. No início da colheita, as indústrias, cientes da sua magnitude e em face dos altos juros então vigentes, retiraram-se do mercado, deixando a tarefa de estocagem por conta do governo. A seguir, a deficiência do sistema de transportes e a escassez de unidades armazenadoras contribuíram para o achatamento do preço no campo, tornando mais lerda a comercialização. A quantidade produzida era tão grande, que nem mesmo o início da colheita da soja (que sempre interrompe a do milho) conseguiu reverter este movimento de desvalorização dos preços, agravado, ainda, pelo **esfriamento** das vendas de carnes de aves e de suínos, em decorrência do aviltamento dos salários.

No Paraná, em maio, o preço real ao produtor era 44% inferior ao de um ano antes, percentual que chegou a beirar os 50%, no Rio Grande do Sul (ver Quadro 01). Os estoques do governo assumiram proporções inéditas, chegando, no fim daquele mês, a 4,6 milhões de t (mais de 80% das quais em **AGF**).

No **Nordeste**, em julho, o **IBGE** estimou a colheita como próxima de 833 mil t, 63% a menos do que as quase 2,3 milhões de t inicialmente esperadas. A estiagem observada em diversas áreas produtoras do grão, mais uma vez comprometeu o desempenho da cultura, onerando os gastos governamentais para suprir a

QUADRO 01 – PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL – PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS E REAIS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE MILHO – 1986 E 1987 – (em Cz$/kg)

MÊS	PARANÁ				RIO GRANDE DO SUL			
	1986		1987		1986		1987	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Jan	1,11	5,04	1,43	4,13	1,39	6,31	1,64	4,74
Fev	1,48	5,84	1,43	3,62	1,62	6,39	1,56	3,95
Mar	1,45	5,42	1,55	3,41	1,60	5,98	1,61	3,55
Abr	1,40	5,27	1,82	3,34	1,53	5,76	1,74	3,19
Mai	1,39	5,21	2,02	2,90	1,51	5,66	2,02	2,90
Jun	1,34	5,00	2,51	2,87	1,50	5,60	2,67	3,05
Jul	1,34	4,97	2,73	2,85	1,53	5,67	2,81	2,94
Ago	1,33	4,87			1,53	5,60		
Set	1,33	4,81			1,52	5,50		
Out	1,35	4,82			1,53	5,46		
Nov	1,38	4,81			1,55	5,40		
Dez	1,42	4,60			1,58	5,12		

FONTE – FGV/Ibre/Cea.
[1] Corrigido pelo IGP, para agosto de 1987.

carência local até a próxima safra. Neste sentido, o mercado regional, avaliado pela **CFP** em cerca de 1,2 milhão de t para o período de julho de 1987 a junho de 1988, dependerá da remessa de aproximadamente 600 mil t do **Centro-Sul**, visto que a produção local destinada à comercialização não ultrapassará 590 mil t. O governo tem enviado à região de 70 mil a 80 mil t/mês, visando a suprir este déficit, mas devido à sua premência, as partidas teriam de ser transportadas por via rodoviária, de fretes mais caros do que a marítima. A situação é esdrúxula, vez que, segundo a **CFP**, os custos das remessas são mais elevados do que se o produto viesse do exterior. Destarte, o governo autorizou, recentemente, subsídio às vendas, de forma a garantir o abastecimento da região.

Sendo o plantio de uma nova safra função da rentabilidade obtida na precedente, é de se esperar uma retração acentuada no plantio 1987/88. Isto porque a comercialização do produto recém-colhido decepcionou os produtores rurais, sobretudo os ligados à lavoura de soja, que optaram pelo milho no ano passado.

Os produtores tradicionais foram afetados também pela decisão governamental de extingüir o subsídio ao crédito agrícola, uma vez que os estoques do cereal são elevados, o sistema de comercialização é lerdo e deficiente e o consumo é regido pelo mercado de carnes (que, por sua vez, é diretamente influenciado pela política salarial em vigor). A propósito, é pertinente destacar a preocupação dos agricultores (de áreas tradicionais de cultivo do cereal para alimentação de rebanhos locais), quanto à tendência de queda da demanda da suinocultura e da avicultura nos meses vindouros. Essa tendência é particularmente observada nos criatórios suínos, uma vez que o mercado de carne de porco é menor do que o de aves, além de ser mais sensível à queda do poder de compra dos salários. No caso, o incremento da demanda de carnes, que se observa costumeiramente no final do ano, não pode ser considerado como fator de retomada de preços do cereal, tendo em vista que os criatórios já foram supridos, com vistas a essa finalidade. A apreensão dos produtores refere-se a um horizonte mais distante, isto é, ao primeiro semestre de 1988, quando a entrada da safra de boi gordo passa a pressionar os preços dos animais de granja, num contexto de agravamento previsível da queda do poder de compra da classe assalariada.

Acrescente-se, por fim, a firmeza do mercado internacional da soja que, no início do segundo semestre, caracterizou-se por uma alta, tornando a leguminosa novamente atraente, sobretudo para os produtores de grande porte, que, na safra passada, optaram pelo cereal.

A despeito desses fatos, já se observam indícios de que a queda da área de plantio não será tão pronunciada como à primeira vista parecia. Embora sendo menor do que a da safra passada, que foi excepcionalmente elevada, a superfície semeada poderá apresentar-se semelhante aos 12,5 milhões de ha colhidos em 1985/86.

Neste sentido, prevalecerá a sua importância para o pequeno agricultor devido à rusticidade da lavoura, ao baixo nível de investimento exigido e à sua larga utilização dentro da propriedade como alimento da animália.

Paralelamente, detectou-se, nas medidas governamentais, a intenção de aumentar o interesse dos agricultores de grande porte do **Centro-Sul** em plantar milho, concedendo-lhes oportunidade de financiamento de 90% do **VBC**, 40 pontos percentuais a mais do que o oferecido para soja. Por seu turno, os médios produtores têm acesso ao **VBC** integral, enquanto que, para a soja, o limite é de 70%.

O preço mínimo do milho, de Cz$ 265,00/60 kg, representou um reajuste de 54%, repercutindo favoravelmente no meio rural. Para a soja, o reajuste alcançou 121%, a fim de compensar a diferença de 67 pontos percentuais entre o preço-base e o preço mínimo, estabelecida no ano passado (variação que chegou a 103%, no caso do milho) (ver Quadro 02). Procurou-se, assim, recompor a equivalência no nível de preços mínimos das lavouras, desfeita em 1986, quando o preço-base da soja não subiu, provocando o nivelamento do preço mínimo com o do milho, cultura de menor custo e maior rendimento por ha. Embora não sejam produtos concorrentes no mercado, a soja, pelo maior grau de

QUADRO 02 – MILHO E SOJA – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS – BASE E PREÇOS MÍNIMOS – SAFRAS 1985/86, 1986/87 E 1987/88 – (em Cz$/60 kg)

DISCRIMINAÇÃO	MILHO	SOJA
Preço Mínimo 1985/86 (A)	79,20	125,40
Preço Base 1986/87 (B)	84,60	125,40
B/A	1,07	1,00
Preço Mínimo 1986/87* (C)	171,60	170,00
C/A	2,17	1,36
C/B	2,03	1,36
Preço Mínimo 1987/88 (D)	265,00	375,00
D/A	3,35	2,99
D/B	3,13	2,99
D/C	1,54	2,21

FONTE – CFP.
*** O reajuste do preço-base da soja em 1986/87 encerrou-se em 1º/03/87 e o do milho, em 1º/06/87.**

tecnificação e por dispor de respaldo do mercado internacional, é mais rentável, ficando cada vez mais evidente a necessidade de apoiar o milho, de modo a se evitar problemas no seu abastecimento interno. Os motivos são dois: 1) as alterações verificadas no mercado de carnes em geral, desde a implantação do **Plano de Estabilização Econômica** e 2) as mudanças recentes do mercado de trigo, provocadas pela redução do subsídio ao consumidor.

Atualmente, observa-se que, em face da forte intervenção governamental, os criadores têm dificuldades de abastecer o mercado de carnes substitutas, a preços tabelados. Desta forma, a avicultura vem sendo pressionada a atender um número crescente de consumidores, cujos hábitos alimentares foram compulsoriamente modificados em favor das carnes brancas, coerentemente com o que está ocorrendo no âmbito mundial, onde a carne bovina tende a ser consumida pelas elites, abrindo espaço para a maior comercialização de carnes de aves e de suínos.

Neste sentido, segundo a **Apinco**, o desempenho da avicultura de corte nos dez primeiros meses alcançou a cifra recorde de quase 1,5 milhão de t de carne de frango (11% superior ao de igual período do ano passado), estando prevista para o corrente ano, produção da ordem de quase 2,0 milhões de t (ou seja, equivalente à da carne bovina).

Identicamente, a decisão de extinguir o subsídio ao preço do trigo, embora ainda não completamente implementada, deverá acarretar aumento do consumo humano de milho, o que levou a **CFP** a aumentar em 300 mil t a previsão para o item **consumo interno** em seu balanço de oferta e demanda (ver Quadro 03).

No Rio Grande do Sul, estado onde a soja ocupa a maior área (mais de 3 milhões de ha), a situação é bem peculiar. Aí se observou, nos últimos dez anos, uma expansão firme da área plantada, enquanto a de milho evoluía erraticamente, variando entre o máximo de 2,0 milhões de ha, em 1986/87, e o mínimo de 1,5 milhão de ha, em 1985/86. A análise do rendimento médio (baixo) da lavoura, no período, evidencia que seus produtores habituais não absorveram os avanços tecnológicos disponíveis, ratificando a sua característica de exploração típica de minifúndio[1], destinada, basicamente, à alimentação dos suínos, nas propriedades, e da mão-de-obra rural. Na safra passada, pelo melhor rendimento obtido no estado, conclui-se que aumentou o número de agricultores de maior porte no cultivo do cereal, em detrimento (temporário) da soja.

Para o ano em curso, há evidências de que a área se retrairá no estado, em favor da soja. Os preços recebidos até setembro, não agradaram os produtores e as perspectivas do mercado mundial são favoráveis à leguminosa. É interessante observar que grande parcela de responsabilidade por essa diminuição cabe à desorganização e incerteza do mercado do milho, uma vez que, comparativamente à soja, os custos de produção do cereal são bem mais baixos.

Segundo a **Fecotrigo**, em junho, o custo da lavoura mecanizada no Rio Grande do Sul (considerado o rendimento de 3.500 kg/ha) era 47% inferior ao da soja (para uma produtividade de 1.620 kg/ha). A maior rentabilidade da soja, porém conjugada à estrutura sofisticada direcionada à sua produção, induz o produtor a manter-se fiel ao seu cultivo.

QUADRO 03 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE MILHO – 1986-87
(em mil t)

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987[1]
Estoque inicial (1º/03)	600,0	1.600,0
Produção	20.264,0	27.028,0
Importação	2.936,0	360,0*
Disponibilidade total	23.800,0	28.988,0
Consumo total	22.200,0	25.085,0
Estoque final	1.600,0	3.903,0

FONTE – CFP.
1 Estimativa de junho de 1987.
*** Saldo das importações contratadas em 1986.**



1 Segundo o **IBGE**, cerca de 60% da área do milho no **Rio Grande do Sul** referem-se a minifúndios.

No Paraná, a disputa entre as duas lavouras não é tão marcante, pois, historicamente, o milho ali detém posição mais estável. Os 2,9 milhões de ha cultivados com o cereal, em 1986/87 (2,3 milhões de ha no ano-safra anterior), conviveram com 1,7 milhão de ha de soja, sendo que a área da leguminosa praticamente não se alterou nas duas últimas safras. A maior diversificação da agricultura paranaense possibilita uma diluição do impacto provocado pelo aumento da área de determinada lavoura, objeto de incentivo especial. Ou seja, embora a redução da cotonicultura tenha ensejado a expansão do milho na safra passada, tudo indica que o aumento de 25% da área semeada derivou, também, do somatório de contrações de outras culturas menos expressivas.

Assim e em razão dessa diversificação acentuada da agricultura paranaense, a tendência ora verificada de aumento do plantio de soja poderá vir em detrimento da cultura do milho, cuja área plantada deverá, de acordo com o **Deral**, diminuir em até 15%, enquanto a da soja deverá expandir-se 20% e, a do algodão, mais de 10%. O estudo comparativo do **VBC** e do custo operacional de produção das três culturas, elaborado pelo **Deral**, indica a soja como a mais competitiva, vindo o milho em último lugar (ver Quadro 04). Daí, pode-se inferir uma ênfase na tendência de os produtores de grande porte (ou seja, aqueles que levam em consideração os custos fixos) optarem pela soja. De qualquer forma, para o **Centro-Sul**, visto no seu conjunto, a retração da área do milho atingiria a região pertinente ao aumento excepcional ocorrido na semeadura passada.

Em Santa Catarina, onde a agricultura é tipicamente minifundiária, e, por esse motivo, a criação de suínos e de aves tem grande importância econômica, não se espera variação muito acentuada na área ocupada com o milho. A expansão de 9%, observada na safra 1986/87, deveu-se, antes de tudo, ao crescimento da demanda e à melhora dos preços das carnes avícola e suína durante e após a crise de abastecimento de carne bovina em 1986. É, pois, presumível que, no presente ano, a incerteza do quadro atual induza os agricultores a investirem menos em milho, abrindo espaços para a soja e o feijão de cores. Um retorno, portanto, à área média de 980 mil ha, cultivados nos últimos quatro anos seria possível, mesmo porque o abastecimento do cereal no estado é deficitário, não havendo interesse dos criadores em diminuir a produção do insumo necessário à sua atividade principal e aumentar a dependência de outros estados.

Em São Paulo, o avanço de 8% na área plantada na safra passada, resultou numa produção excepcional de 3,7 milhões de t (mais de 21% do que na safra anterior), insuficiente, porém, para atender o consumo estadual, estimado pela **Bolsa de Cereais de São Paulo** em cerca de 4,3 milhões de t/ano. Considerado em nível atraente, o **VBC** do milho para 1987/88 deverá arrefecer, ainda que parcialmente, a atração exercida pelo movimento altista dos preços da soja e do algodão. Isto freiará a tendência de cessão de áreas em favor da leguminosa e da fibra no estado, que dispõe de um criatório expressivo de aves de corte e de postura e ainda de um grande parque industrial processador do grão. Assim, a redução prevista na área cultivada será derivada da opção dos produtores de grande porte e mecanizados, que deverão retornar ao cultivo da soja para tirar proveito da tendência de alta de suas cotações no mercado internacional.

Minas Gerais foi o único estado do **Centro-Sul** que não expandiu a área semeada com o cereal na safra passada. Os motivos foram, não só a irregularidade das chuvas no período da semeadura, bem como a relativa estabilidade da agricultura mineira no que tange às áreas ocupadas pelas principais culturas. O grande rebanho suíno, o arraigado consumo de subprodutos do milho no campo e a menor expressividade das outras culturas, garantem ao cereal uma posição estável mesmo em anos, como o passado, em que a cultura teve grande estímulo.

As primeiras informações indicam que as alterações no cultivo mineiro

QUADRO 04 – PARANÁ – CUSTOS OPERACIONAIS[1] E VBC DAS LAVOURAS DE ALGODÃO, MILHO E SOJA – SAFRA 1987/88

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE	CUSTO OPERACIONAL (Cz$/ha) (A)	VBC DA FAIXA PERTINENTE		B/A
			EM OTN/ha	EM Cz$/ha (B)[2]	
Algodão	1601 a 1800 kg/ha	24.571,53	48,05	14.920,97	0,61
Milho	2101 a 2500 kg/ha	9.607,27	14,49	4.499,58	0,47
Soja	1751 a 2000 kg/ha	9.756,72	19,65	6.101,91	0,63

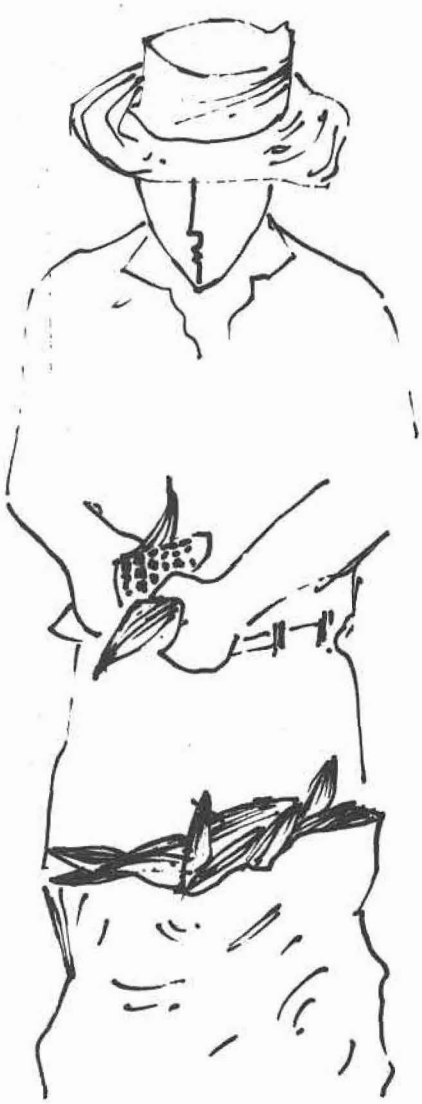
FONTE – Seag/Deral, CFP, Bacen.
[1] Levantados pelo Deral;
[2] base: junho de 1987.

serão mínimas. Em regiões onde o milho e a soja são plantados costumeiramente, reinam ainda indecisões quanto à cultura que prevalecerá, tendo em vista as vantagens (ou perspectivas de) específicas de cada cultura: para o milho, preço mínimo e **VBC** atraentes, e, para a soja, a boa evolução das cotações internacionais. Desse modo, é possível que o avanço da leguminosa ocorra em detrimento das pastagens e do cultivo do arroz, ou eventualmente, do milho, em áreas onde a rotação de culturas for aconselhável.

Na região **Centro-Oeste**, os parâmetros são diferentes daqueles observados nos estados do **Sul-Sudeste**. Tratam-se de áreas mais novas, onde predominam estabelecimentos rurais de grande porte, não raro mecanizados, com pequeno consumo local de milho e, portanto, muito mais atentos às nuanças dos diferentes mercados de produtos agrícolas. Em 1986/87, a área cultivada aumentou 26%, embora no conjunto dos três estados, a superfície plantada com milho seja de somente 1,7 milhão de ha (contra 2,8 milhões de ha para a soja).

O acesso ao financiamento de um percentual do **VBC**, superior ao da soja, deverá ser um fator ponderável pró-milho, na decisão dos grandes e médios agricultores que, em geral, cultivam-no de modo mecanizado. Devido às características do solo em muitas áreas da região, não é recomendável, porém, o plantio repetido do cereal, mas a sua alternância com a leguminosa. Além disso, o preço mínimo do milho para 1987/88 repercutiu desfavoravelmente junto aos agricultores de **Goiás** e **Mato Grosso**, onde o custo de sua produção costuma ser mais alto do que nas áreas mecanizadas do **Sul** e **Sudeste**. Na região, é pertinente destacar que o **VBC** estabelecido para o cereal não foi tão bem recebido, uma vez que, embora superior ao do **Sul-Sudeste**, ficou abaixo do reivindicado pela **Organização das Cooperativas Brasileiras**, que previa 28,78 **OTN** para a produtividade de 3.000 a 3.500 kg/ha, contra as 19,97 **OTN** estabelecidas oficialmente. A propósito, é interessante observar que o **VBC** oficial para as culturas mecanizadas do **Sul-Sudeste** para a mesma faixa de produtividade, apresentou diferença menor (6,41 **OTN**), em relação ao pleiteado pelo mesmo órgão.

O transporte é um item considerado importante pelo produtor, devido à sua distância em relação aos pólos consumidores e à constante elevação dos preços dos combustíveis, à sua escassez relativa no pico da safra, e aos preços (baixos) observados para o milho durante todo o ano. Neste particular, a soja levaria vantagem, já que a menor quantidade colhida por área implica em menos despesas de transporte.



Por esses motivos, o plantio do milho no **Centro-Oeste** deverá retrair-se no presente ano-safra, em favor da soja e, em menor escala, do algodão. A tendência hegemônica da leguminosa, nesses estados, pode ser constatada no cotejo dos números referentes aos anos-safras 1986/87 e 1985/86: de aproximadamente 7,2 milhões de ha, plantados com diversos produtos no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, em 1985/86, 19% foram de milho e 38%, de soja; no ano seguinte, o total agricultado elevou-se para perto de 8,0 milhões de ha, 22% dos quais ocupados com o milho e 35%, com a soja.

Portanto, o balanço das perspectivas da safra de milho 1987/88 para o país, é satisfatório, sobretudo pelo interesse despertado com a divulgação do novo preço mínimo e dos níveis do **VBC**.

Essa conclusão é auspiciosa, tendo em vista que a produção deverá ser suficiente para a alimentação dos rebanhos avícola e suinícola, atividades em crescimento e de vital importância para o país. A esse fato deve ser agregada a possibilidade de aumento do consumo humano direto do cereal, tendo em vista a política de extinção dos subsídios ao trigo, em andamento.

No entanto, é preciso atentar para a transição por que passa a lavoura do milho, produto que está perdendo as suas características tradicionais, tais como: de subsistência, baixa tecnologia e difícil comercialização. Ainda assim, não se pode esperar que o produtor de moldes empresariais invista recursos vultosos num produto cujos canais de comercialização são deficientes, sendo direcionado basicamente para o mercado interno, além de ser sempre administrado por políticas econômicas intempestivas e desencontradas.

BATATA-INGLESA

A irregularidade da produção tem acarretado freqüentes transtornos no abastecimento dos principais mercados consumidores.

A partir de 1980, o mercado tem sido bastante irregular, com intensas variações da oferta e freqüentes retrações da demanda[1]. Em conseqüência, os preços, em todos os segmentos da comercialização, em especial na instância do produtor, vêm registrando acentuadas oscilações, a ponto de, nos anos de grande safra, não cobrirem os custos de produção. Conforme se observa no Quadro 05, a variação dos preços recebidos pelos produtores superou as taxas inflacionárias apenas nos anos de 1980, 1983, 1985 e 1986, quando, aliás, ocorreram significativas quebras de safras (ver Quadro 06).

Em virtude de sua alta vulnerabilidade a pragas, doenças e variações climáticas, seu cultivo requer uma tecnologia avançada e cara, com o uso intensivo de fertilizantes e produtos fitossanitários para que seja produtivo[2] e, portanto, rentável. Além disso, as sementes de boa qualidade, cuja produção interna ainda é escassa, constituem o item mais ponderável do custo de produção. A necessidade de se recorrer ao mercado externo para prover os agricultores deste insumo é considerada um dos principais entraves ao crescimento da sua produção.

A estrutura produtiva é tipicamente minifundiária. De acordo com dados contidos no **Censo Agropecuário** de 1980, cerca de 63% das lavouras solteiras se concentram em propriedades de 10 ha a menos de 100 ha e a maioria dos produtores, ou seja, 48% do total, emprega sementes comuns. Note-se que a utilização de sementes selecionadas, juntamente com tecnologia mais aprimorada, ainda é pouco freqüente, restringindo-se a apenas 19% dos produtores.

Muito embora as condições do país permitam obter três safras anuais, a oferta ainda apresenta acentuada sazonalidade, acarretando

QUADRO 05 – ESTADOS SELECIONADOS – VARIAÇÃO MÉDIA DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BATATA-INGLESA – 1980-87 – (em %)

ANO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL	SANTA CATARINA
1980	302[1]	278[1]	428[1]	322[1]	390[1]
1981	52	49	45	59	58
1982	11	16	14	31	11
1983	471[1]	511[1]	527[1]	471[1]	516[1]
1984	52	48	39	46	40
1985	304[1]	290[1]	304[1]	277[1]	284[1]
1986	332[1]	354[1]	314[1]	319[1]	311[1]
1987[2]	68	43	56	51	80

FONTE – FGV/Ibre/Cea e Conjuntura Econômica.
[1] Variação superior à média anual da inflação, medida pelo IGP-DI;
[2] média até agosto, comparada com a variação da inflação do mesmo período.

1 O consumo de batata, estimado em torno de 10,5 kg/hab/ano (média do período 1980/86), é considerado muito baixo. A queda do poder de compra dos salários nos últimos anos, com exceção da recuperação verificada em 1986, também tem contribuído para reduzir ainda mais a demanda.

2 A produtividade média que, na atual safra, deverá atingir 12.906 kg/ha, é muito baixa, sobretudo quando comparada com a registrada em importantes países produtores, como a **Inglaterra**, a **França** e os **Estados Unidos da América** que, no período 1980/85, obtiveram médias superiores a 30 mil kg/ha.

QUADRO 06 – BRASIL – BATATA-INGLESA – VARIAÇÃO ANUAL DA ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO – 1980-86
(em %)

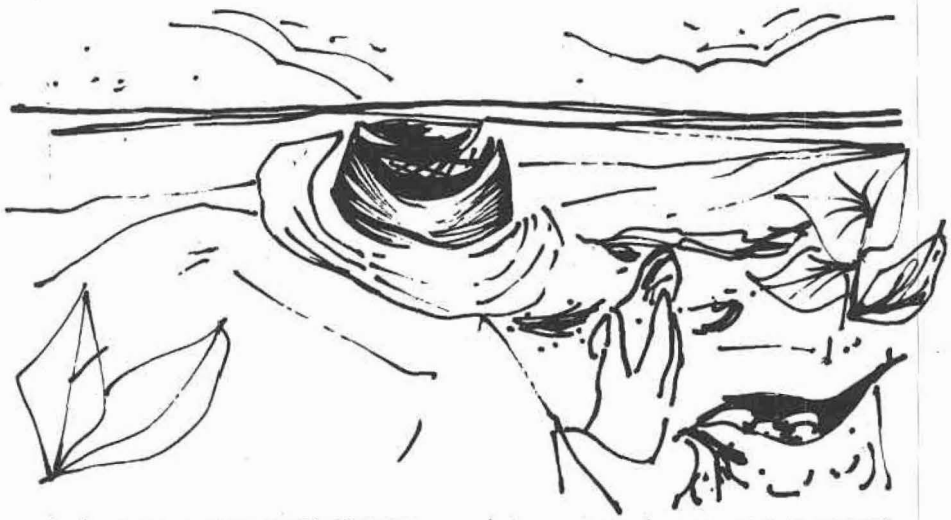
ANO	ÁREA	PRODUÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO
1980	-11,1	- 9,7	1,6
1981	- 5,6	- 1,8	4,0
1982	6,2	12,4	5,8
1983	- 7,7	-15,4	-8,3
1984	2,7	19,5	16,3
1985	- 8,8	- 8,4	0,4
1986	2,2	- 7,8	-9,8

FONTE – IBGE.

problemas no abastecimento dos principais centros urbanos. Na safra das **águas**, cuja colheita estende-se, em geral, de dezembro a abril, são obtidos cerca de 55% a 60% da produção e, por isso, nesse período, os preços tendem a ser mais baixos, enquanto que, na da **seca**, com pico em junho e julho, a oferta representa de 25% a 30% do total. Na de **inverno**[3], que pode prolongar-se de agosto a novembro, são colhidos os 10% a 20% restantes. É interessante observar que, como o período das diversas safras é bastante amplo, a colheita nem sempre coincide nos principais estados produtores, levando-os, muitas vezes, a intercambiarem o produto entre si.

Na atual safra, destaca-se o Paraná, que deverá responsabilizar-se por aproximadamente 30% do total a ser colhido, embora este estado venha se revezando na primeira posição com São Paulo e Minas Gerais. No período 1980-86, São Paulo, participando com 27% da produção total, foi o maior produtor, seguido por Minas Gerais, com 26% e o Paraná, com cerca de 25% do total. Rio Grande do Sul (14%) e Santa Catarina (8%) fecham a lista dos principais produtores (ver Quadro 07). Santa Catarina destaca-se, também, pela produção de batata-semente, localizada, principalmente, no município de Canoinhas.

No período de 1980-86, a produção total decresceu 1,6% a.a., devido, sobretudo, à redução da área plantada, já que o rendimento físico apresentou incremento de 1,4%.



Assinala-se que a produção tem oscilado, na presente década, em torno da média de 2 milhões de t, enquanto, no período 1973-79, registrou crescimento de 61%. Em 1980, a grande quebra de safra provocou alta acentuada nos preços, obrigando à importação de 18,5 mil t.

Em 1981, a produção declinou, novamente, para 1,9 milhão de t mas, desta vez, sem a intervenção governamental, as cotações do produto mantiveram-se relativamente estáveis, com o abastecimento transcorrendo de modo satisfatório, o que acabou por incentivar o aumento da área plantada, na safra seguinte.

Devido ao incremento da produção, verificado em 1982, os preços reduziram-se ainda mais, de modo que, em 1983, o plantio foi desestimulado. Além disso, em razão das condições climáticas adversas, a cultura registrou o pior desempenho dos últimos anos, caindo 15% em relação à produção do ano anterior. Verificou-se, então, uma alta generalizada dos preços, do lavrador ao varejista, incluindo o atacadista (ver Quadros 05, 08, 09, 10, 11 e 12).

A propósito, constatou-se que as cotações, no atacado e varejo, tendem, geralmente, a acompanhar as oscilações dos preços recebidos pelos produtores e, por isso, refletem, em grande parte, a disponibilidade do produto nas zonas de produção. É interessante observar que as quantidades comercializadas no atacado (no período 1980-86, foram comercializadas, mensalmente, 14.851 t em São Paulo e 14.885 t, no Rio de Janeiro) não oscilaram na mesma intensidade da produção, o que torna a comercialização bastante peculiar. Em São Paulo, os preços praticados na **Ceagesp**, que funciona à tarde, são influenciados pelas cotações re-

3 A ocorrência de baixas temperaturas na fase de desenvolvimento vegetativo afeta a produção, razão porque a safra de **inverno** encontra limitações em alguns estados, sendo atualmente expressiva em São Paulo e Minas Gerais.

QUADRO 07 – BRASIL – BATATA-INGLESA – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – 1980-87

ESPECIFICAÇÃO	ESTADO					SUBTOTAL	OUTROS ESTADOS	BRASIL
	SP	MG	PR	RS	SC			
ÁREA (ha)								
1980	28.520	32.299	42.630	56.139	19.823	179.411	2.010	181.421
1981	29.440	33.818	39.146	47.773	18.313	168.490	2.775	171.265
1982	31.944	32.075	50.460	45.571	18.962	179.012	2.878	181.890
1983	31.060	27.487	45.004	45.917	16.010	165.478	2.400	167.878
1984	29.454	33.128	40.929	48.867	17.036	169.414	3.051	172.465
1985	26.372	30.582	38.992	41.630	16.782	154.358	3.011	157.369
1986	27.724	29.993	40.509	41.866	17.435	157.527	3.249	160.776
MÉDIA 1980-86	29.216	31.340	42.524	46.823	17.766	167.670	2.768	170.438
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	17,1	18,4	24,9	27,5	10,4	98,4	1,6	100,0
1987[1]	27.059	32.246	50.000	39.450	19.565	168.320	3.297	171.617
PRODUÇÃO (t)								
1980	513.600	455.772	521.762	298.511	142.376	1.932.521	13.720	1.946.241
1981	495.600	492.188	459.375	288.494	151.936	1.887.593	23.696	1.911.289
1982	573.315	542.736	598.553	244.975	160.819	2.120.398	27.520	2.147.918
1983	528.900	462.072	422.870	260.078	118.494	1.792.414	25.590	1.818.004
1984	545.229	596.360	509.673	324.299	160.692	2.136.253	35.802	2.172.055
1985	490.562	539.572	497.522	264.728	161.900	1.954.284	34.977	1.989.261
1986	547.688	509.625	416.596	188.288	132.828	1.795.025	38.626	1.833.651
MÉDIA 1980-86	527.842	514.046	489.479	267.053	147.078	1.945.498	28.562	1.974.060
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	26,7	26,0	24,8	13,5	7,5	98,6	1,4	100,0
1987[1]	489.518	590.792	657.000	262.917	179.881	2.180.108	34.771	2.214.879
RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)								
1980	18.800	14.111	12.239	5.317	7.208	10.772	6.826	10.728
1981	16.834	14.554	11.735	6.039	8.297	11.203	8.539	11.160
1982	17.948	16.921	11.862	5.376	8.481	11.845	9.562	11.809
1983	17.028	16.811	9.396	5.664	7.401	10.832	10.663	10.830
1984	18.511	18.002	12.453	6.636	9.432	12.610	11.735	12.594
1985	18.602	17.643	12.760	6.359	9.647	12.661	11.616	12.641
1986	19.755	16.991	10.284	4.497	7.618	11.395	11.889	11.405
MÉDIA 1980-86	18.067	16.402	11.511	5.704	8.279	11.603	10.319	11.582
1987[1]	18.091	18.321	13.140	6.665	9.194	12.952	10.546	12.906

FONTE – IBGE.

[1] Área plantada (estimativa de julho).

gistradas no mercado de Santa Rosa e na **Cooperativa Agrícola de Cotia**, que, por sua vez, operam na parte da manhã. Outro detalhe curioso é que, apesar de São Paulo ser um dos principais estados produtores, o consumidor local paga quase sempre mais caro do que o fluminense.

Além da excessiva intermediação (segundo o **Censo Agropecuário do Brasil** de 1980, praticamente 73% da produção são entregues a intermediários), a comercialização, como a de outras olerícolas, apresenta problemas sérios, tais como a deficiente infra-estrutura de armazenagem adequada à conservação do produto, dado seu elevado grau de perecimento (apenas a batata-semente, passível de se conservar por mais tempo, está incluída na **Política de Garantia de Preços Mínimos**). Nesta fase, observam-se ainda práticas desnecessárias, como a lavagem que,

QUADRO 08 – ESTADO DE SÃO PAULO – QUANTIDADE DE BATATA-INGLESA COMERCIALIZADA NA CEAGESP (ENTREPOSTO TERMINAL DA CAPITAL) – 1980-87

MÊS	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro	19.913	16.959	20.199	17.556	17.304	18.092	19.281	20.274
Fevereiro	17.110	14.613	16.300	14.004	15.550	14.175	14.277	15.523
Março	18.334	13.985	18.938	14.197	14.135	14.911	14.070	14.521
Abril	16.649	13.187	18.601	11.358	11.785	15.760	13.720	13.481
Maio	15.730	11.924	15.565	12.927	13.527	15.361	14.098	12.485
Junho	12.588	14.307	15.654	13.133	16.417	12.889	14.236	15.161
Julho	11.664	14.615	17.768	12.881	16.176	14.047	10.995	15.104
Agosto	10.055	11.730	15.422	10.327	16.451	12.157	12.798	14.021
Setembro	10.873	12.008	13.908	10.011	14.101	11.808	13.326	
Outubro	11.494	11.969	14.152	14.204	17.258	14.901	11.996	
Novembro	12.597	14.470	17.472	15.797	17.453	17.439	15.367	
Dezembro	15.290	20.715	17.807	18.786	16.027	18.915	17.229	
MÉDIA	14.358	14.184	16.816	13.765	15.515	15.038	14.283	

FONTE – Cobal (Acompanhamento Conjuntural – Hortigranjeiros)

além de reduzir o período de conservação, encarece o produto para o consumidor. Na tentativa de desestimular esta prática, o governo vem cortando os financiamentos para a reforma ou compra de novos equipamentos com esta finalidade.

Em relação ao abastecimento (ver Gráfico 01), pode-se constatar a predominância do produto paulista no suprimento dos mercados atacadistas do **Sinac (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento)** e da **Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo).** No período 1983-86, a produção daquele estado contribuiu com 47% da quantidade total comercializada naqueles mercados. Os produtos de procedências mineira e paranaense participaram com 27% e 18%, respectivamente, do total comercializado. Observa-se, também, que a oferta paulista predomina em quase todos os meses, com exceção de março e abril, quando Minas Gerais passa a liderar o abastecimento.

QUADRO 09 – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇO MÉDIO MENSAL[1] DA BATATA-INGLESA COMERCIALIZADA NA CEAGESP (ENTREPOSTO TERMINAL DA CAPITAL) – 1980-87

MÊS	PREÇO MÉDIO MENSAL (Cz$/t)							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro	7.293,26	13.350,63	6.128,47	8.353,80	7.946,09	6.609,56	11.923,99	10.592,26
Fevereiro	7.080,25	11.156,18	5.545,67	11.560,27	8.034,93	5.916,31	13.726,65	9.587,14
Março	7.751,25	11.762,81	6.134,33	16.918,45	10.078,54	4.924,15	13.120,97	8.253,19
Abril	10.312,55	11.240,67	5.552,44	19.597,67	9.673,71	5.566,69	15.270,36	10.890,78
Maio	13.669,16	14.526,28	6.405,96	19.410,07	10.269,53	6.129,56	16.571,69	12.124,38
Junho	15.722,82	12.647,97	7.732,59	19.276,45	7.408,71	8.545,56	15.814,01	8.371,67
Julho	21.092,81	10.472,75	7.285,11	18.853,71	6.249,57	11.820,70	17.722,69	8.384,56
Agosto	20.883,74	10.818,45	7.300,76	22.845,16	5.962,89	19.407,94	16.784,74	7.731,50
Setembro	19.406,28	9.888,16	6.748,78	22.195,75	5.588,31	16.346,01	16.374,62	
Outubro	22.241,42	12.606,29	6.944,31	14.185,40	5.287,41	9.236,49	15.936,92	
Novembro	18.620,32	9.647,02	5.424,71	9.401,07	6.800,36	8.272,53	16.506,72	
Dezembro	18.113,65	6.983,86	7.613,87	8.804,79	8.128,33	8.320,17	14.296,50	
MÉDIA	15.182,29	11.258,42	6.568,08	15.254,07	7.619,03	9.257,97	15.337,49	

FONTE – Cobal (Acompanhamento Conjuntural – Hortigranjeiros)

[1] Valores corrigidos pelo IGP-DI, para agosto de 1987.

QUADRO 10 – ESTADO DO RIO DE JANEIRO – QUANTIDADE DE BATATA-INGLESA COMERCIALIZADA NA CEASA (CAPITAL) 1980-87

MÊS	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro	17.787	14.622	17.405	17.786	16.133	19.776	16.386	17.563
Fevereiro	15.671	13.478	13.154	12.662	15.210	14.528	12.553	15.695
Março	16.594	15.137	16.450	14.400	13.273	15.421	14.502	15.987
Abril	15.747	15.020	16.552	11.311	13.462	18.123	12.945	14.498
Maio	14.145	13.960	13.701	13.241	15.577	17.092	13.481	13.457
Junho	12.344	15.871	14.304	14.105	15.338	13.785	13.215	15.336
Julho	12.242	14.874	17.124	11.907	16.771	13.773	9.681	14.767
Agosto	11.396	14.416	16.369	11.920	18.082	11.830	12.971	16.163
Setembro	12.152	14.057	15.760	11.997	14.976	13.965	14.082	
Outubro	11.450	12.797	16.297	14.984	18.589	17.184	12.177	
Novembro	14.999	15.252	18.366	16.127	16.670	14.885	12.765	
Dezembro	18.642	16.634	18.226	16.257	15.194	19.379	17.881	
MÉDIA	14.347	14.677	16.142	13.891	15.773	15.812	13.553	

FONTE – Cobal (Acompanhamento Conjuntural – Hortigranjeiros)

A oferta proveniente do Paraná assume maior proporção justamente no pico da safra das **águas** (dezembro e janeiro) e no da **seca** (junho e julho).

Em conseqüência da boa rentabilidade alcançada no ano anterior, a produção voltou a crescer em 1984, apesar da retração da oferta de sementes (como se constata no Quadro 13, a produção brasileira de sementes básicas diminuiu 35% no biênio), já que os produtores, muito descapitalizados, acabaram desviando para o mercado parte do insumo que de-

QUADRO 11 – ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PREÇO MÉDIO MENSAL[1] DA BATATA-INGLESA COMERCIALIZADA NA CEASA (CAPITAL) – 1980-87

MÊS	PREÇO MÉDIO MENSAL (Cz$/t)							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro	9.557,27	19.392,09	10.182,15	13.773,01	10.710,64	7.890,06	13.295,95	15.405,17
Fevereiro	10.548,26	15.971,46	9.198,17	18.638,69	11.292,76	6.932,17	15.657,72	14.280,36
Março	11.485,29	15.974,41	9.618,19	27.753,99	12.757,36	6.221,63	16.045,96	12.167,46
Abril	14.843,63	15.660,33	9.146,89	30.349,90	12.382,13	5.476,85	22.563,83	16.851,21
Maio	17.417,37	17.928,07	10.714,70	32.454,24	13.783,04	6.532,12	23.143,22	17.566,54
Junho	20.235,05	16.069,63	12.518,47	26.815,80	9.492,51	11.054,89	21.799,98	13.374,73
Julho	30.973,45	12.647,85	11.382,78	24.328,45	8.736,65	13.325,85	20.594,31	11.198,59
Agosto	29.708,90	12.807,61	10.606,56	30.571,41	8.209,54	20.799,20	23.240,79	10.091,93
Setembro	27.611,92	12.645,19	10.197,01	27.989,87	7.287,48	18.053,79	22.006,80	
Outubro	32.833,94	18.580,40	11.143,82	17.306,75	6.490,86	10.576,52	22.703,53	
Novembro	26.987,29	15.401,87	9.989,76	14.458,76	9.326,32	10.641,00	21.941,99	
Dezembro	22.571,74	11.360,79	12.177,79	12.500,14	10.391,58	8.000,58	19.752,01	
MÉDIA	21.231,18	15.369,98	10.573,02	23.078,42	10.071,74	10.458.72	20.228,84	

FONTE – Cobal (Acompanhamento Conjuntural – Hortigranjeiros).

[1] Valores corrigidos pelo IGP-DI, para agosto de 1987.

QUADRO 12 – CIDADES DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] DA BATATA-INGLESA NO VAREJO 1980-87 – (em Cz$/kg)

MÊS	CIDADE DE SÃO PAULO							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro	13,38	25,63	15,42	18,77	19,23	14,77	18,45	25,35
Fevereiro	13,23	21,31	15,39	21,06	15,86	14,19	24,40	22,95
Março	16,14	22,99	13,98	33,15	19,64	12,01	23,34	20,97
Abril	19,78	22,77	13,79	36,58	19,88	12,42	29,23	24,24
Maio	25,26	21,82	13,68	35,99	19,88	14,12	30,53	29,14
Junho	26,43	23,80	14,69	37,36	17,54	18,92	30,26	23,76
Julho	39,41	20,90	15,78	34,92	14,94	22,54	26,39	21,30
Agosto	36,95	19,65	14,75	39,15	13,02	32,20	28,90	20,71
Setembro	35,47	18,10	13,76	36,93	12,15	29,64	26,81	
Outubro	35,21	21,20	13,97	30,65	10,18	23,32	29,80	
Novembro	32,51	20,87	13,50	23,46	10,51	19,91	30,83	
Dezembro	30,03	16,37	15,07	18,91	12,81	17,10	28,89	
MÉDIA	26,98	21,28	14,48	30,58	15,42	19,26	27,32	

MÊS	CIDADE DO RIO DE JANEIRO							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro	15,83	22,77	14,63	18,21	15,41	13,79	15,44	21,43
Fevereiro	15,57	21,27	12,76	21,92	16,18	11,43	20,67	18,90
Março	17,13	22,32	13,42	31,88	16,87	11,22	23,49	16,96
Abril	19,14	23,42	13,21	35,65	16,06	10,37	25,21	21,19
Maio	24,03	25,68	13,62	36,14	17,07	10,16	26,03	25,08
Junho	26,45	23,79	15,95	34,92	15,16	15,17	26,34	19,51
Julho	36,27	19,94	15,26	32,00	12,54	18,05	27,95	16,72
Agosto	36,40	19,46	14,08	36,95	10,88	28,35	29,38	14,27
Setembro	33,16	16,83	11,65	35,17	9,98	26,44	27,57	
Outubro	38,00	20,87	12,36	26,12	8,88	16,98	27,84	
Novembro	33,49	20,53	11,10	18,21	10,71	13,31	27,38	
Dezembro	29,88	15,71	12,81	17,01	12,63	12,46	25,62	
MÉDIA	27,11	21,29	13,40	28,68	13,53	15,64	25,24	

FONTE – IEA-SP, FGV/Ibre/Cep.

[1] Valores corrigidos pelo IGP-DI, para agosto de 1987.

veria ser utilizado como semente[4].

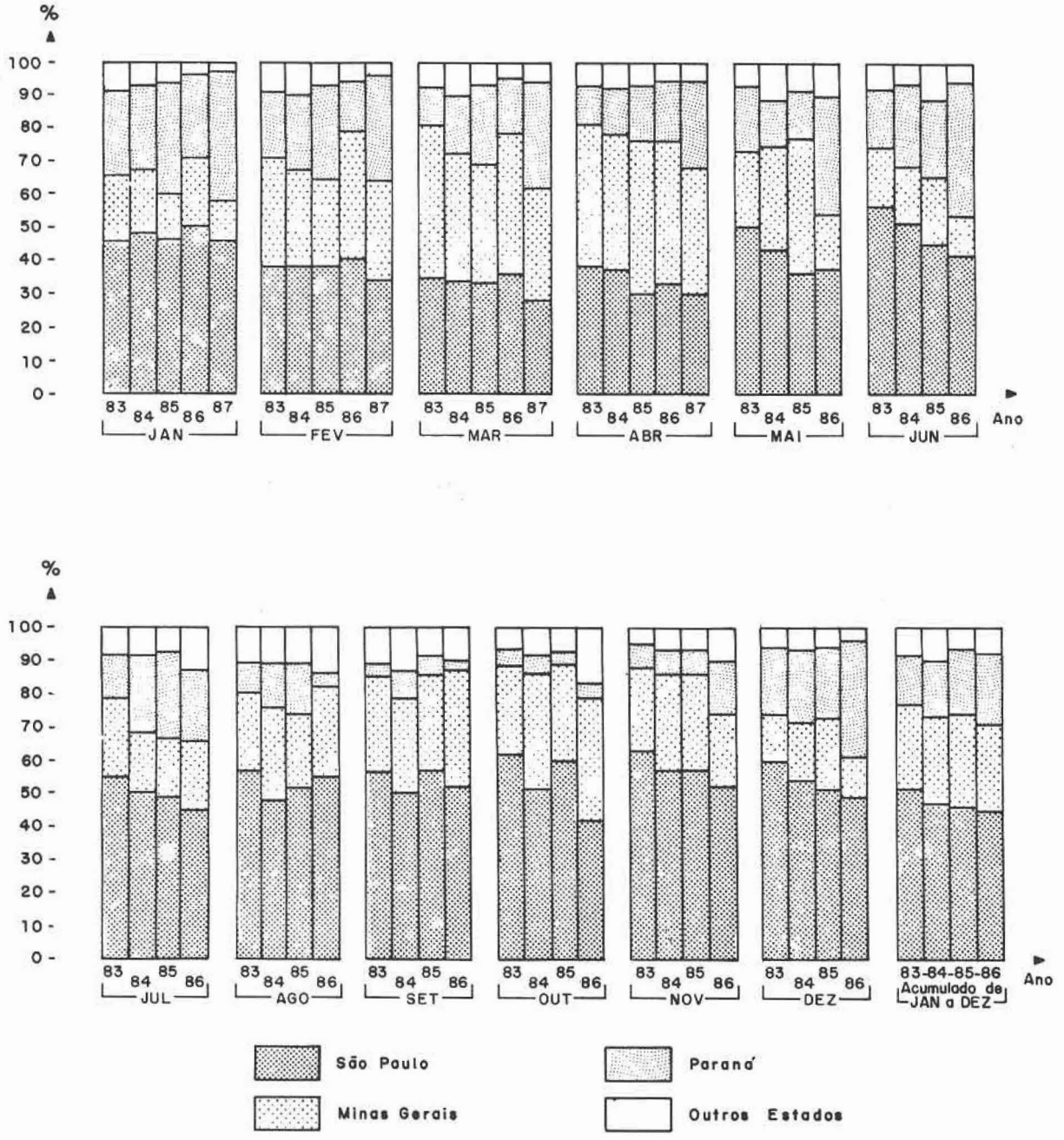
No entanto, a retomada da produção, ocorrida em 1984, foi passageira, visto que, em decorrência dos problemas de comercialização e dos baixos preços praticados em todos os segmentos do mercado, voltou a declinar nos anos seguintes.

Em 1985, a safra das **águas** foi equivalente à de 1984, mas a segunda safra **(seca e inverno)** registrou acentuado declínio, provocando majoração excessiva dos preços, no segundo semestre. Em 1986, a queda da produção se deu na **primeira safra**, devido à seca que atingiu o **Centro-Sul** e as cotações do produto, apesar de **congeladas** em fins de fevereiro, pelo **Plano de Estabilização Econômica**, subiram fortemente, passando a haver a cobrança de ágio nas transações, a partir de junho, a exemplo do que ocorreu com outros gêneros[5]. É oportuno observar também que, em razão da menor oferta, face à demanda aumentada pelo já citado **Plano**, o abastecimento tornou-se crítico e, por este motivo, fo-

4 O inverso também ocorre, ou seja, muitas vezes, a batata destinada ao consumo acaba sendo empregada como semente, o que traz sérios riscos à lavoura, uma vez que este material pode ser portador de vírus e outras doenças.

5 Dentre as olerícolas, notadamente a batata-inglesa e a cebola (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 7, julho de 1986) tiveram seus preços tabelados muito abaixo dos que estavam sendo praticados no mercado, o que tornou o segmento atacadista quase inoperante na ocasião.

GRÁFICO 01 – BATATA-INGLESA – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES NA QUANTIDADE TOTAL COMERCIALIZADA MENSALMENTE NOS MERCADOS ATACADISTAS DO SINAC[1] E CEAGESP[2]
1983-86 E 1987 (até abril)



FONTE – Cobal (Acompanhamento Conjuntural – Hortigranjeiros).

1 Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento;

2 Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.

QUADRO 13 – BRASIL – PRODUÇÃO DE SEMENTE BÁSICA DE BATATA-INGLESA 1980-87

ANO	QUANTIDADE (t)		
	SERVIÇO DE PRODUÇÃO DE SEMENTES BÁSICAS (EMBRAPA)	OUTRAS EMPRESAS	TOTAL
1980	1393	–	1393
1981	1590	–	1590
1982	2071	–	2071
1983	2929	–	2929
1984	1905	–	1905
1985	1548	1221	2769
1986	1295	1371	2666
1987[1]	1435	2255	3690

FONTE – Embrapa/SPSB, Minagri/CTBS.
[1] Estimativa.

ram importadas 43.156 t para consumo.

Atualmente, devido à boa rentabilidade alcançada em 1986 e às condições climáticas amenas vigentes na **primeira safra,** a produção deverá atingir a cifra recorde de 2,2 milhões de t. No período das **águas**, a oferta foi aproximadamente 45% maior do que a frustrada safra passada; o segundo cultivo, em virtude da queda de produtividade física, provocada por excesso de chuvas no início deste ano, registrou decréscimo de 3% na produção esperada.

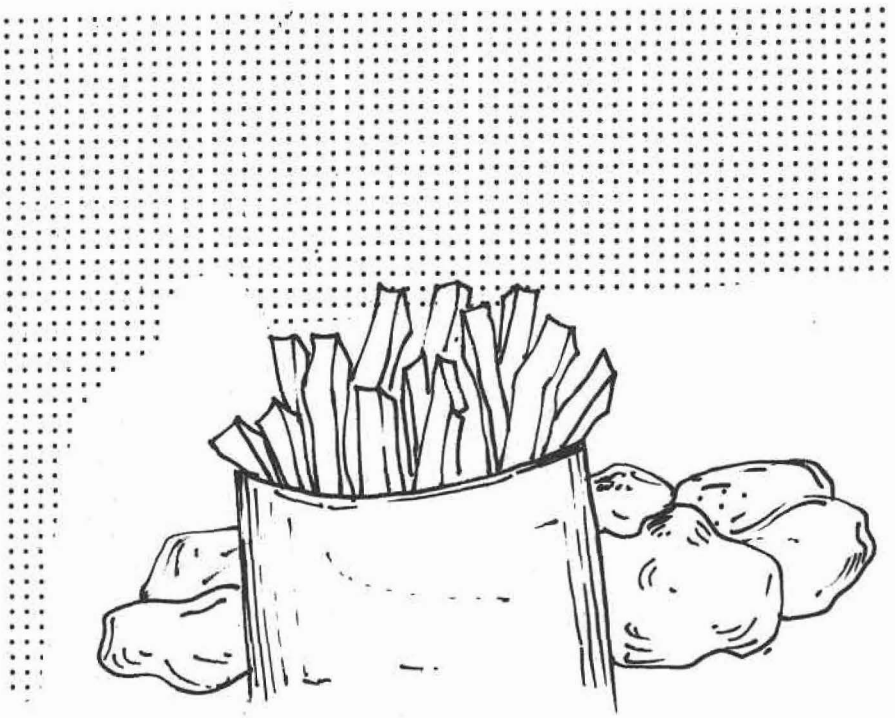
A partir de agosto, o mercado se vem comportando de maneira atípica, pois os preços, apesar da menor oferta correspondente à safra de **inverno**, continuam baixos, em face da retração da procura. Note-se que, principalmente depois da extinção do **gatilho** e da adoção das novas medidas de estabilização da economia, os salários vêm perdendo cada vez mais seu poder de compra.

A instabilidade do mercado, nos últimos anos, em decorrência de fatores conjunturais e de ordem estrutural, acabou conduzindo os produtores a uma situação de incerteza quanto ao retorno de seus investimentos na lavoura, considerada de alto risco. É interessante observar que grande parte dos pequenos produtores não tem conseguido manter-se nesta atividade e, por isso, em algumas regiões, notadamente no Paraná, segundo informações do **Deral-PR,** a produção se vem concentrando, cada vez mais, em propriedades maiores, modificando o panorama retratado no **Censo Agropecuário** de 1980.

Visando a solucionar as distorções mencionadas, foi lançado, em 1979, o **Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Batata (Planaba)** (relançado, posteriormente, para o período 1986-90), que tem os seguintes objetivos: 1) assegurar a produção e o abastecimento de batata, com restrição total às importações para consumo e 2) diminuir os custos de produção, principalmente através da expansão da oferta nacional de batata-semente, mantendo terminantemente proibidas as importações para fins **diversos** e apenas autorizando as importações de batata para plantios destinados a projetos de multiplicação.

De fato, algumas das medidas propostas no **Plano** estão sendo implementadas, mas a consecução de suas metas ainda se afigura bastante difícil.

Neste sentido, destacam-se os esforços que vêm sendo desenvolvidos, não só para expandir, mas também para desconcentrar a produção, atualmente restrita às regiões **Sudeste** e **Sul.** Especial atenção vem sendo dada, também, à distribuição



QUADRO 14 – BRASIL – ESTADOS SELECIONADOS – CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO DE CUSTEIO DA LAVOURA E BATATA-INGLESA PARA CONSUMO (em %)

ESTADO	1ª SAFRA (ÁGUAS)						2ª SAFRA (SECA)					
	Plantio	%	Tratos Culturais	%	Colheita	%	Plantio	%	Tratos Culturais	%	Colheita	%
PR	jul/out		ago/nov		out/jan		dez/mar		jan/abr		mar/jun	
SC	jul/out	70	ago/nov	20	out/jan	10	jan/mar	70	fev/abr	20	abr/jun	10
RS	ago/out		set/dez		nov/fev		jan/mar		fev/abr		abr/jun	
SP	ago/dez		set/jan		nov/mar		jan/mar		fev/abr		abr/jun	
MG	ago/dez		set/jan		nov/mar		jan/mar		fev/abr		abr/jun	
ES	ago/nov	70	set/dez	20	nov/fev	10	jan/mar	70	fev/abr	20	abr/jun	
RJ	ago/nov		set/dez		nov/fev		–		–		–	
GO	ago/nov		set/dez		nov/fev		dez/mar		jan/abr		mar/jun	
DF	ago/nov	70	set/dez	20	nov/fev	10	dez/mar	70	jan/abr	20	mar/jun	10
BA	set/out		out/nov		dez/jan		–		–		–	
SE	–		–		–		–		–		–	
PE	–	70	–	20	–	10	–		–		–	
PB	–		–		–		–		–		–	

ESTADO	3ª SAFRA (INVERNO)					
	Plantio	%	Tratos Culturais	%	Colheita	%
PR	mai/jun		jun/jul		ago/set	
SC	abr/jun	70	mai/jul	20	jul/set	10
RS	–		–		–	
SP	abr/jul		mai/ago		jul/set	
MG	abr/jul		mai/ago		jul/set	
ES	–	70	–	20	–	10
RJ	mar/jun		abr/jul		jun/ago	
GO	abr/jul		mai/ago		jul/out	
DF	abr/jul	70	mai/ago	20	jul/out	10
BA	abr/jun		mai/jul		jul/out	
SE	abr/mai		mai/jun		jul/set	
PE	mar/abr	70	abr/mai	20	jun/jul	10
PB	abr/mai		mai/jun		jul/set	

FONTE – Minagri.

do plantio ao longo do ano, de modo a disciplinar melhor a oferta[6]. O crédito, acompanhado de assistência técnica, tem sido o principal instrumento utilizado para atrair os produtores de novas áreas. No entanto, parece que enquanto não houver melhoria da produtividade física (mediante o emprego generalizado de sementes de boa qualidade) e o aumento da capacidade de estocagem, incluindo câmaras frigoríficas, para garantir a continuidade do abastecimento, as metas do **Plano** não serão alcançadas.

Outro aspecto a ser considerado é a industrialização[7], que, de acordo com informações do **Censo Agropecuário de 1980,** é insignificante (apenas 1,2% da produção se destina a este segmento), mas deve ser estimulada, como forma alternativa de prolongar o tempo de conservação.

Sem essas mudanças estruturais, tanto a produção como os preços nos diversos segmentos do mercado continuarão oscilando muito, causando prejuízos para os produtores e consumidores.

Por outro lado, o aumento da produção também está condicionado à elevação do nível de consumo, o que poderia ser conseguido através do barateamento dos custos de produção e, portanto, dos preços no

6 A partir deste ano, foi elaborado, pelo **Ministério da Agricultura** e aprovado pelo **Conselho de Crédito Rural e Agroindutrial (CCRA),** um cronograma para liberação dos financiamentos de custeio de batata-inglesa ao consumo (ver Quadro 14).

7 Apenas no estado de São Paulo, a industrialização tem maior importância, mas, mesmo assim, absorve apenas 2% da sua produção, segundo dados do **Censo Agropecuário de 1980.** Note-se que a batata-inglesa industrializada ainda é um produto pouco competitivo no mercado pois, neste, além de computados os elevados custos de produção, também são adicionados os gastos inerentes ao processamento industrial.

varejo. De acordo com o **Plano,** deverão ser realizadas campanhas com o objetivo de destacar as propriedades alimentícias da batata-inglesa, especialmente no **Norte** e **Nordeste,** onde o seu consumo, em virtude dos hábitos alimentares da população e dos preços elevados, é diminuto. Além disso, estão previstos incentivos ao consumo de variedades mais rústicas e do produto industrializado (fritas, purês e outros produtos semi-elaborados), para que a batata-inglesa deixe de ser considerada apenas complemento na alimentação.

Como a questão da batata-semente é um dos principais entraves ao incremento da produção, o **Plano** estabelece um prazo para a completa auto-suficiência do país, com a redução drástica das importações, que deverão cair de 3,5 mil t, em 1986, para apenas 600 t, em 1990 (ver Quadro 15). A **Comissão Técnica de Batata-Semente,** da **Coordenadoria de Sementes e Mudas (Minagri),** criada pela **Portaria nº 25,** de 27/05/86, da **Secretaria Nacional de Produção Agropecuária,** passou a ser responsável pela fixação das quotas de importação e, ao invés de simplesmente extinguí-las, pretende reformular a orientação do próprio **Plano,** no sentido de incentivar a multiplicação e remultiplicação do material importado (submetido a controle fitossanitário e isento de vírus e doenças). Ao mesmo tempo, quer estimular as empresas de biotecnologia a produzir sementes competitivas com as importadas, até que o país consiga se liberar totalmente da dependência do mercado externo[8]

Com o incremento da produção nacional de sementes básicas, houve grande economia de divisas, notadamente a partir de 1980 (ver Quadro 15). Através do **Serviço de Produção de Sementes Básicas (SPSB),** da **Embrapa,** que incorporou, em 1977, o **Centro de Multiplicação de Batata-Semente** (criado, em 1972, mediante o **Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Argentina**) e, a partir de 1985, também de outras empresas, foi registrado um aumento de 91% na produção de sementes básicas, no período 1980-86, apesar do acentuado declínio de 35%, verificado em 1984 (ver Quadro 13). Esse desempenho propiciou uma redução de 77% nas importações de sementes de batata-inglesa, para plantio. Mas, segundo a **Comissão,** esta situação poderia mudar substancialmente, caso o produtor, ao contrário de utilizar as quotas para importar todos os anos, se conscientizasse da importância de remultiplicar o material importado e de aumentar a utilização das variedades mais rústicas (tanto nacionais como importadas). Estas apresentam menor custo de produção e são mais resistentes à multiplicação do que as lisas (como a **bintje**), que possuem maior grau de degenerescência.

Com este mesmo objetivo, outra medida que merece destaque e continuidade refere-se à suspensão da quota de **diversos,** estabelecida em 1983, que visa a impedir a importação de sementes destinadas ao plantio para fins de consumo e permite apenas as transações dirigidas a projetos de multiplicação.

Além disso, para conservar a batata-semente, de modo a permitir o seu plantio escalonado ao longo do ano, é indispensável o aumento da capacidade de câmaras frias, já que as existentes são, em grande parte, utilizadas para estocar também outros produtos.

Finalmente, a título de ilustração, deve ser mencionado que duas empresas, uma brasileira (representada pela **Agroceres,** através de sua subsidiária, a **Biomatrix**) e outra argentina (**Biótica S/A**), baseadas no **Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica,** firmado em fins de 1985, estão negociando a constituição de uma firma binacional, com o objetivo de realizar pesquisas biotecnológicas de batata-semente. Enquanto aguardam a sua regulamentação jurídica, estas empresas estão desenvolvendo um projeto conjunto, que permitirá a obtenção de sementes (totalmente isentas de vírus ou bactérias), de rendimento bastante elevado (em média o triplo do das sementes comuns) e a baixos custos.

QUADRO 15 – BRASIL – IMPORTAÇÃO DE SEMENTE DE BATATA-INGLESA PARA PLANTIO – 1980-87

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$ 1.000-Cif)	PREÇO MÉDIO (US$/t-Cif)
1980	15.138	9.585	633
1981	12.730	8.390	659
1982	7.673	4.769	622
1983[1]	5.795	4.149	716
1984	5.394	3.875	718
1985	3.513	2.321	661
1986	3.531	3.076	871
1987[2]	1.348	1.358	1.007

FONTE – Cief/Ministério da Fazenda.
[1] A partir de 1983, foi suspensa a quota Diversos;
[2] até abril.

8 O principal fornecedor deste insumo é a Holanda que praticamente monopoliza as importações realizadas pelo **Brasil,** tendo participado em média com 63% do total adquirido no período 1980-86, seguida pela **Suécia e Alemanha Ocidental,** de onde provieram cerca de 19% e 15%, respectivamente, do total.

Janet Fajardo Zaidhaft, economista do Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.

TOMATE

A produção cresceu no último decênio, apesar das grandes oscilações dos preços e do difícil relacionamento entre os produtores do tomate rasteiro e a agroindústria processadora.

No último qüinqüênio, a produção de tomate cresceu 5,5%, tendo ocorrido oscilações de safra decorrentes de condições diversas, relativas à própria atividade e ao Setor Agrícola como um todo.

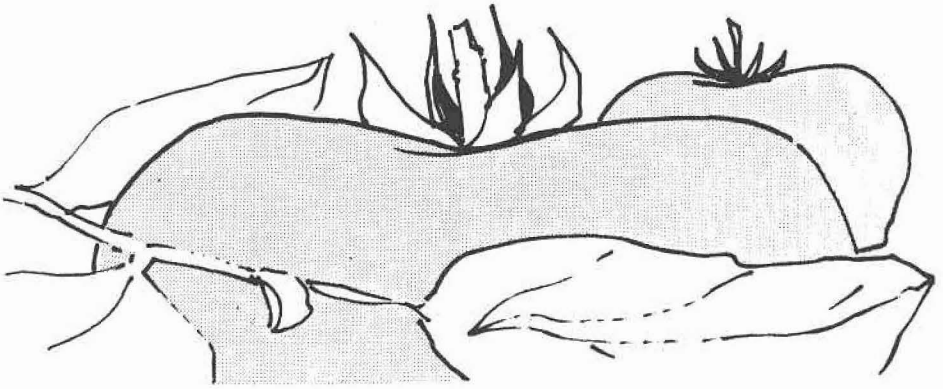
As perspectivas favoráveis de ampliação do mercado interno dos derivados do tomate, dominado por uma atividade agroindustrial oligopolizada e estreitamente vinculada ao processo produtivo agrícola, bem como as expectativas de ingresso no mercado internacional, estimularam a expansão da cultura **rasteira**[1], notadamente na região **Nordeste.** Atribui-se a recente migração da indústria para essa região a uma clara tentativa de conquista de mercado externo, tendo em vista não apenas a localização estratégica do pólo processador, que facilita a colocação do produto industrializado nos mercados americano e canadense, mas também às vantagens inerentes às condições regionais da produção agrícola.

Se não há dúvida de que o ritmo imposto pela atividade agroindustrial ao segmento da produção de tomate rasteiro vem impulsionando consideravelmente o desenvolvimento da cultura, é essa mesma interdependência que provoca as freqüentes involuções observadas na área agrícola. Neste caso, apesar dos níveis estáveis de remuneração obtidos com a pré-fixação de preços pagos ao produtor (através de contratos de venda firmados com a indústria, no início de cada safra), subsiste freqüentemente insatisfação do agricultor diante do que é estabelecido nos acordos com as empresas processadoras.

Quando se confrontam os interesses das duas partes, quase sempre prevalecem os da indústria e, nas negociações, os preços são discutidos apenas com base na planilha de custo agrícola, jamais sendo levado em conta o que a indústria poderia pagar um função de sua própria rentabilidade. Esse procedimento não se justificaria se o mercado de derivados fosse caracterizado por um mecanismo de formação de preços finais baseado na livre ação da oferta e da demanda. Na realidade, o que se pode perceber é o acentuado controle que a indústria exerce no processo de definição de preços ao consumidor, fato decorrente de sua própria estrutura oligopolizada. Convém lembrar, ainda, que a reduzida participação das conservas alimentícias nos índices de custo de vida protege a indústria de um efetivo controle governamental dos preços.

A inflexibilidade da indústria impede, também, que haja qualquer transferência de margem para o produtor relacionada com a melhoria de qualidade do produto, até mesmo o aumento no teor de sólidos solúveis que gera elevações progressivas no rendimento industrial. Além disso, a expansão do mercado, verificada recentemente, apoiada na diversificação das formas de consumo, não tem trazido benefícios para os agricultores.

As retrações da área plantada de tomate industrial, observadas nos últimos anos no estado de São Paulo,

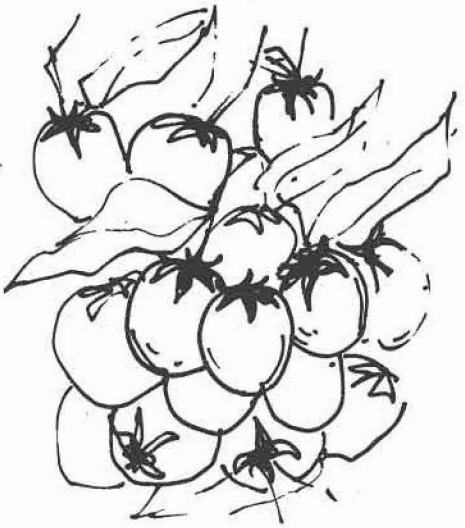


1 A denominação **rasteira** refere-se à lavoura para fins industriais, conduzida sem nenhum tipo de estaqueamento, sistema que ganhou importância a partir de 1970, quando foram introduzidas as variedades anãs de crescimento determinado, mais adequadas à mecanização. Contrapõe-se ao sistema **envarado,** que utiliza variedades de porte indeterminado cujo desenvolvimento é cuidadosamente orientado através de **tutores** (estacas). Sua produção destina-se ao consumo **in natura.**

primeiro produtor brasileiro nas duas modalidades de cultivo (atualmente detém, segundo o **IBGE**, 39% da produção total brasileira), refletem, claramente, o descontentamento do agricultor face aos preços pouco compensadores, conseguidos pelo produto a ser industrializado. Este fato também evidencia importante vantagem alcançada pela indústria que se transfere para o **Nordeste**. A pouca expressão do mercado para o produto **in natura** oferece escassas alternativas ao produtor desta região no que se refere à substituição da lavoura rasteira, tornando mais difícil o abandono da atividade, apesar dos preços pouco estimulantes. Isso não ocorre com o agricultor paulista que, possuindo maiores opções de plantio, é capaz de modificar de forma dinâmica a base de sua produção, o que, de certa forma, fortalece seu poder nas negociações de preços com a indústria. Ocorre, ainda, que a produção paulista geralmente está mais sujeita a riscos climáticos do que a nordestina, fato que, aliado à possibilidade de o produtor deixar de plantar, torna mais instável o fornecimento de matéria-prima para o esmagamento, aspecto altamente indesejável para a indústria.

As recentes frustrações de safra ocorridas no país (1983 e 1986) podem ser atribuídas, em grande parte, aos transtornos climáticos que afetaram as lavouras das principais regiões produtoras. Não há dúvida, porém, que o entrave relativo à questão dos preços atua de forma decisiva na esfera da produção, provocando sensível desestímulo ao plantio. Os reflexos das dificuldades relacionadas com a comercialização são significativos, tanto para o tomate industrial como para o de mesa, este último possuindo, ainda, a desvantagem de estar mais sujeito a oscilações sazonais de preços.

Em 1983, a lavoura voltou a apresentar os mesmos níveis de produção do período 1979-81, quando houve estabilização, na faixa de 1,5 milhão de t. Registrou-se decréscimo de 11% em relação a 1982, cuja colheita, em torno de 1,7 milhão de t, foi recorde. O insucesso da safra de 1983 deveu-se, principalmente, às adversidades climáticas que atingiram o **Sudeste** e o **Nordeste**, principais regiões produtoras do país, as quais respondem, em conjunto, por cerca de 90% da produção interna. A estiagem que vinha castigando a região **Nordeste**, há vários anos, havia provocado visível desestruturação em seu sistema produtivo agrícola, crise que foi agravada quando, ao se redirecionar a política econômica visando a equilibrar o **Orçamento Monetário**, efetuaram-se drásticas reduções nos recursos financeiros distribuídos às unidades da Federação.



Em Pernambuco, a produção agrícola, afetada pela escassez de crédito gerada por essas reduções e já bastante frágil, em razão dos sucessivos anos de seca, culminou por atingir, em 1983, o seu mais baixo desempenho em trinta anos. As lavouras do **Agreste** (onde se concentram os cultivos do tomate de mesa irrigado e de sequeiro e, ainda, do tomate industrial de sequeiro) e as do **Sertão** (tomate industrial irrigado) foram severamente atingidas pela seca, resultando num declínio de 54% da produção estadual. A quebra da safra pernambucana afetou, de forma expressiva, o desempenho global da lavoura em 1983, uma vez que o estado é o segundo maior produtor e vem aumentando sua participação na produção nacional nos últimos anos.

Em contraposição à situação nordestina, a região **Sudeste** foi assolada por chuvas excessivas, que, associadas às baixas temperaturas, prejudicaram decisivamente o cultivo de tomate rasteiro no estado de São Paulo, provocando redução na colheita e na área plantada de 17,4% e 15,9%, respectivamente, quando comparadas às de 1982. Além dos danos climáticos que caracterizaram o ano, o agricultor paulista também se ressentiu da elevação das taxas de juros dos financiamentos de custeio e de investimento, alteradas em dezembro de 1982. Essa alteração no crédito rural provocou sensível retração na demanda de crédito no início de 1983, face à sistemática adotada que passou a **indexar** as taxas de juros ao **INPC** e provocou a elevação dos juros, de 45% a.a. para 60% a.a., no primeiro trimestre.

O aumento no custo financeiro da produção, aliado à majoração nos preços dos insumos, ampliou o custo total da lavoura, e os produtores, principalmente os de tomate rasteiro, já desestimulados pelos prejuízos decorrentes das intempéries e pelos preços insatisfatórios (estipulados pela indústria), não se dispuseram a realizar novos plantios no segundo semestre. Em conseqüência, não foram alcançadas as metas desejadas pelas indústrias para 1983, de se colherem no estado 400 mil t de tomate para processamento. A produção total obtida situou-se em torno de 380 mil t e a indústria esmagou apenas 320 mil t, estimando-se que 60 mil t foram desviadas para consumo **in natura**. Esse desvio é freqüente e ocorre em função dos preços do tomate de mesa serem mais remunerativos do que os de tipo industrial.

Em 1984, foram produzidas, no país, 1,8 milhão de t, ou seja, 17,2% a mais do que o total produzido em 1983. Entretanto, apesar do percen-

tual de acréscimo ter sido significativo, deve-se ressaltar que, em 1983, a produção brasileira não teve bom desempenho. Comparativamente à safra de 1982, a quantidade obtida em 1984 cresceu apenas 4,3%.

Evidenciando uma recuperação em 1985, a produção atingiu o recorde de 1,9 milhão de t, registrando crescimento de 6,3% em relação à safra anterior. Cresceram as colheitas nos estados de Goiás (+ 39,6%), Bahia (+ 29,5%), Pernambuco (+ 11,3%) e São Paulo (+ 3,7%). A expansão do cultivo irrigado de tomate rasteiro, em Pernambuco, vem impulsionando, de forma notável, a produção estadual, como resultado da formação de um pólo agroindustrial de grande potencialidade na região do sub-médio São Francisco, para onde a atividade se deslocou, em 1972. Anteriormente, a exploração de tomate industrial era limitada à tradicional zona de **Pesqueira** e municípios limítrofes, cujos plantios eram exclusivamente de sequeiro. Visando a aumentar a estabilidade da agroindústria, cujo período anual de processamento durava apenas quatro meses, devido ao sistema de sequeiro, a lavoura passou a ser explorada no sertão do São Francisco, na zona irrigada. O deslocamento para essa região proporcionou a melhoria no fluxo de suprimentos de matéria-prima para a indústria, o que possibilitou a ampliação de sua capacidade de esmagamento.

Possuindo clima que é considerado um dos mais secos e luminosos do **Nordeste** e do próprio **Vale,** e dispondo de elevado potencial hídrico para a irrigação, o sertão pernambucano do São Francisco configura-se como região bastante favorável ao desenvolvimento da cultura, abrindo amplas perspectivas para a produção. Em 1985, houve no estado um crescimento significativo, de 21,8% na área plantada e de 11,3%, na produção de tomate industrial (ver Quadro 16).

Na Bahia, a ampliação para 200 mil t/ano da capacidade de esmagamento das indústrias instaladas em Juazeiro, em 1985, estimulou a expansão dos cultivos rasteiros, resultando em aumento na área colhida de 54%, em relação ao ano anterior. Este estímulo foi assegurado pelo bom entendimento entre produtores, agroindústrias e agentes financeiros na definição dos preços pagos ao produtor.

Excetuando-se um período de estiagem, no início do ano, o clima foi favorável na principal região baiana produtora de tomate industrial (Juazeiro), o que propiciou o bom comportamento da safra estadual, em 1985, ainda que o tomate de mesa tenha registrado declínio na produção, em torno de 10%, em relação à de 1984. O notável desempenho das plantações baianas lhes assegurou, em 1985, a terceira posição entre os maiores estados produtores no país, deslocando Minas Gerais para a quarta posição.

Destaca-se, ainda em 1985, o expressivo aumento de produção ocorrido em Goiás, da ordem de 39,6%, em relação à safra obtida em 1984 (considerando-se as duas modalidades). Até 1985, quando ali se instalou uma unidade de processamento industrial, com capacidade de esmagamento em torno de 1.000 t/dia, toda a produção estadual era destinada ao consumo **in natura.** A área cultivada total no estado ampliou-se 42% em relação à observada no ano anterior, ocorrendo a introdução de 844 ha dedicados ao plantio de tomate rasteiro, grande parte em regiões não tradicionais neste cultivo.

São Paulo apresenta diminuições sucessivas da sua participação na produção nacional (ver Gráfico 02). No período 1975-76, cerca de 50% da quantidade total produzida no país dali eram provenientes, percentual que decresceu gradualmente ao longo da última década, atingindo 39%, em 1986. Esse fato decorre, em parte, do aumento progressivo da participação das principais regiões produtoras do **Nordeste** (Bahia e Pernambuco) que, no período 1975-76, contribuíram com aproximadamente 15% do total da produção, elevando sua participação, em 1986, para 26%. Isto se deveu, principalmente, ao

QUADRO 16 – BRASIL – PRODUÇÃO, ÁREA E RENDIMENTO DE TOMATE EM ESTADOS SELECIONADOS – 1984-85

ESTADO	1984			1985			1986[1]		
	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)
SÃO PAULO	780.396	20.371	38.309	809.500	19.400	41.727	723.097	17.976	40.226
PERNAMBUCO	238.159	7648	31.140	265.003	9.240	28.680	310.546	10.211	30.413
BAHIA	141.989	4.844	29.312	183.921	5.482	33.550	164.640	4.704	35.000
MINAS GERAIS	163.431	4.277	38.211	157.846	4.156	37.980	158.745	4.070	39.004
RIO DE JANEIRO	113.990	2.406	47.377	110.217	2.497	44.140	120.757	2.450	49.289
GOIÁS	59.120	1.439	41.084	82.550	2.050	40.268	63.920	1.580	40.456

FONTE – Anuários Estatísticos e LSPA – IBGE.
[1] Sujeito à retificação.

crescimento do eixo industrial de **Petrolina-Juazeiro,** que vem ampliando expressivamente sua capacidade de processamento. Por outro lado, em São Paulo, ocorreram sucessivas retrações da área cultivada com tomate rasteiro, nos últimos anos, ao passo que foi observada uma relativa estabilidade, na de tomate envarado.

Uma vez que a cultura requer rotatividade, a fim de evitar doenças, essa estabilidade na área de tomate de mesa, em São Paulo, pode ser explicada pela crescente valorização de terras para arrendamento, principalmente na região de Campinas (maior centro produtor de tomate de mesa no estado), onde os tomaticultores são, em sua maioria, arrendatários. Além disso, a introdução de novas variedades rasteiras, cujos frutos se destinam tanto ao consumo **in natura** como ao processamento, vem desestimulando a ampliação do cultivo estaqueado, cujo custo de produção é bem maior. Em contrapartida, em 1986, a produtividade agrícola média das duas modalidades de cultivo no estado cresceu significativamente em relação aos anos anteriores, fato que parece estar associado, no caso do tomate rasteiro, à expansão do cultivo de variedades mais adequadas à industrialização. Para os dois casos, o aumento no rendimento acompanhou a intensificação da pesquisa, em virtude da ampliação de áreas irrigadas e adoção de outras inovações tecnológicas.

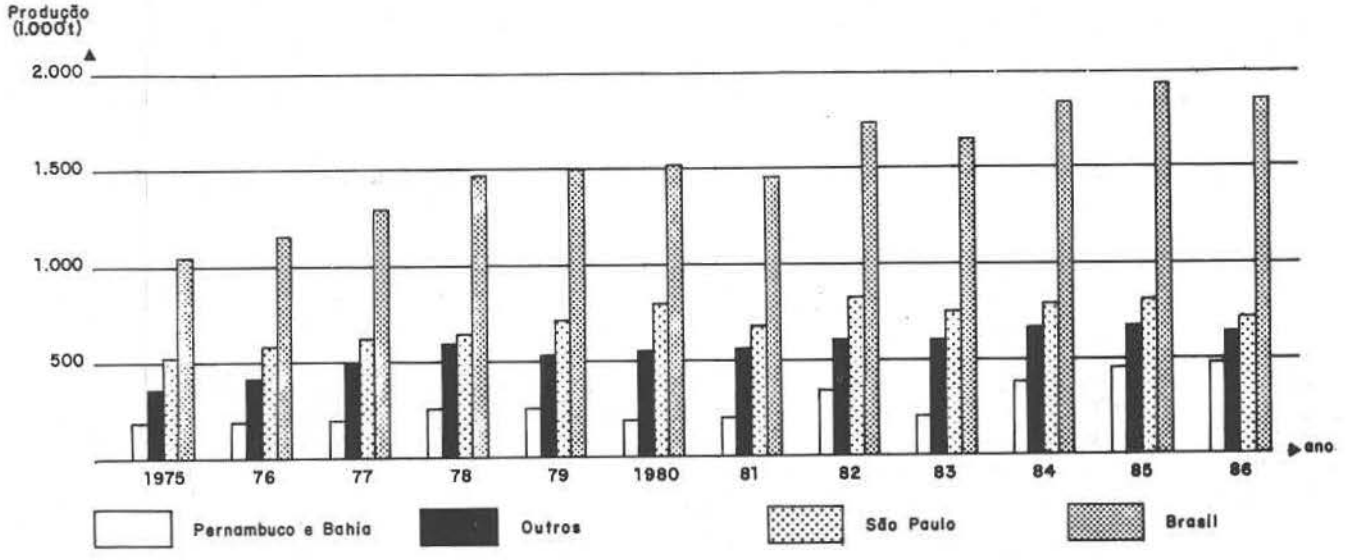
Em 1986, as lavouras de tomate envarado, em São Paulo, foram afetadas por problemas de ordem climática, como estiagem, nas mais importantes regiões produtoras, no início do ano. Além da seca, os baixos preços, verificados nas safras anteriores (1984-85), influenciaram a intenção de plantio e provocaram declínio de 7,4% na área colhida.

Apesar do quadro desfavorável, a produção de tomate de mesa atingiu patamares superiores aos de 1985, apresentando crescimento de 7,3%. O rendimento agrícola foi o componente mais importante para o crescimento da colheita: alcançou-se o recorde de 57,4 t/ha (ver Quadro 17). Em contrapartida, a produção de tomate industrial no estado, em 1986, foi 8,6% menor do que a anterior, em razão, principalmente, do descontentamento dos produtores com o acordo de preços imposto pelas indústrias.

O comportamento da safra brasileira em 1986, quando a produção tornou a declinar (foi cerca de 5% inferior à obtida em 1985), deveu-se, em grande parte, à nova crise surgida entre a indústria e a agricultura, após a implantação do **Plano Cruzado.**

Os preços acordados no início do ano tiveram que ser reexaminados após a decretação do pacote econômico, em fevereiro, pois tornaram-se inviáveis para a indústria. Estabelecidos no começo de cada safra, estes tinham reajustes bimestrais, baseados numa estimativa da correção monetária. Houve necessidade de um novo acordo e, no caso da produção nordestina, a indústria firmou-se na posição de estabelecer para o produto irrigado o equivalente a 90% do valor fixado em São Paulo. Além de

GRÁFICO 02 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – PRODUÇÃO DE TOMATE – 1975-86 (em 1.000 t)



FONTE – IBGE.

QUADRO 17 – BRASIL – SÃO PAULO, PERNAMBUCO E BAHIA – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE TOMATE DOS TIPOS MESA E INDUSTRIAL – 1982-87

ESPECIFICAÇÃO	SAFRA					
	1982		1983		1984	
	Mesa	Industrial	Mesa	Industrial	Mesa	Industrial
	SÃO PAULO					
Área (ha)	7.500	15.700	7.470	13.200	7.570	11.500
Produção (t)	377.160	460.000	372.960	380.000	392.000	370.000
Rendimento (kg/ha)	50.288	29.299	49.928	28.788	51.783	32.174
	PERNAMBUCO					
Área (ha)	1.135	7.500	830	3.319	1.276	6.372
Produção (t)	39.230	176.300	25.771	73.349	42.868	195.291
Rendimento (kg/ha)	34.564	23.506	31.049	22.099	33.596	30.648
	BAHIA					
Área (ha)	2.655	762	2.912	880	3.106	1.738
Produção (t)	81.660	13.716	83.222	17.600	99.765	42.224
Rendimento (kg/ha)	30.757	18.000	28.579	20.000	32.120	24.295

Cont.

ESPECIFICAÇÃO	SAFRA					
	1985		1986		1987[1]	
	Mesa	Industrial	Mesa	Industrial	Mesa	Industrial
	SÃO PAULO					
Área (ha)	7.670	10.400	7.100	9.400	8.230	9.250
Produção (t)	379.680	350.000	407.400	320.000	413.750	320.000
Rendimento (kg/ha)	49.500	31.731	57.380	34.042	50.273	34.594
	PERNAMBUCO					
Área (ha)	1.478	7.762	1.479	8.732	1.433	10.669
Produção (t)	47.700	217.303	51.240	259.306	44.217	277.264
Rendimento (kg/ha)	32.273	27.996	34.645	29.696	30.856	25.988
	BAHIA					
Área (ha)	2.800	2.682	2.470	2.234	1.500	3.500
Produção (t)	90.051	93.870	86.450	78.190	52.500	122.500
Rendimento (kg/ha)	32.161	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000

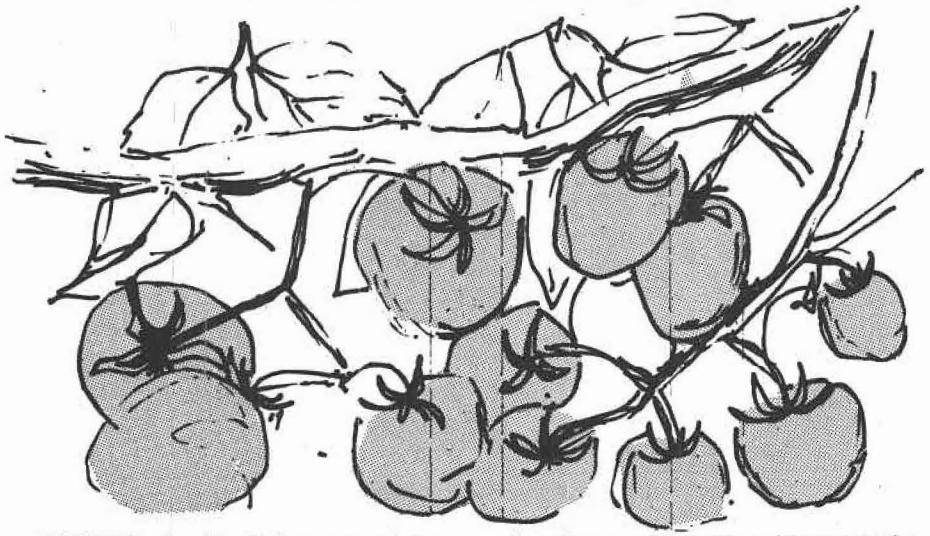
FONTE – IEA-SP, Cati-SP, Cepa-BA, Cepa-PE.
[1] **Estimativa.**

considerar insatisfatório o preço estabelecido, o agricultor nordestino rejeitou a proposta de balisamento abaixo das cotações paulistas. A indústria alegou que essa diferença de preços era necessária para tornar viável a colocação do produto industrializado nos mercados do **Centro-Sul,** de modo a competir com as empresas paulistas, uma vez que o mercado do **Norte** e **Nordeste** é pequeno e só absorve cerca de 20% da produção de derivados de tomate.

Frustraram-se as expectativas iniciais para a safra pernambucana de 1986, que previam uma superprodução de tomate industrial no estado. Apesar do impasse nas negociações dos preços, contudo, a produção foi recorde, situando-se em nível 19,3% superior ao da produção do ano anterior e houve um ganho de 17,2% na produção total de tomate (mesa e industrial).

Também se registraram alguns transtornos nos financiamentos rurais, decorrentes da expectativa gerada com a divulgação, em dezembro de 1985, da nova política de crédito, que reduziu os subsídios do crédito rural para o **Nordeste.** O aumento no custo financeiro da produção desestimulou os agricultores, embora a reforma decretada a seguir, pelo **Plano de Estabilização,** tenha provocado nova queda na remuneração dos empréstimos. Na Bahia, a indefinição resultante dessas medidas provocou o retraimento dos agricultores no primeiro trimestre e a produção total obtida, em 1986, decresceu 10%, quando comparada à de 1985, ano em que houve grande impulso na tomaticultura estadual.

Segundo a **Abia (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação),** em nível nacional, foi registrada uma queda de 9,8% na safra de tomate do tipo industrial, em relação a 1985. No entanto, de acordo com o **IBGE,** foram produzidas no país 1,8 milhão de t de tomate, em 1986.



O **IBGE** não discrimina o produto conforme a sua destinação (mesa ou industrial), de forma que os dados estatísticos abrangem a produção conjunta das duas formas de cultivo (estaqueado e rasteiro). Os dados que permitem a visualização das tendências de cada modalidade são fornecidos pelo **Instituto de Economia Agrícola** (São Paulo) e pelos órgãos vinculados ao **Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.**

As produções de tomate de mesa e industrial devem ser analisadas sob enfoques diferentes, uma vez que possuem características distintas de produção e comercialização. Apresentam trajetórias próprias de crescimento e, no caso do tomate rasteiro, esse crescimento é totalmente orientado pelo segmento agroindustrial, que comanda o ritmo da produção de acordo com os seus interesses. Ao firmar um contrato de fornecimento com a indústria, o produtor fica atrelado às suas decisões, no que tange aos métodos produtivos e ao cronograma de plantio e colheita, a fim de ajustar a produção às exigências qualitativas (cor, acidez, **Brix**) e ao programa de processamento. Ao subordinar a produção agrícola, as agroindústrias procuram assegurar a disponibilidade e a qualidade da matéria-prima, mantendo a regularidade da oferta e evitando as flutuações sazonais de preços.

Outro aspecto que distingue as duas formas de cultivo de tomate é a grande disparidade observada em seus custos operacionais. Para se ter uma idéia, vale mencionar que o custo operacional total da cultura envarada em São Paulo foi estimado, pelo **Instituto de Economia Agrícola,** em Cz$ 146 mil ha para a safra 1986/87, enquanto o da cultura rasteira foi orçado em Cz$ 25 mil ha. para o mesmo período. Portanto, o custo operacional do tomate rasteiro é cerca de seis vezes menor do que o envarado, sistema em que o item mão-de-obra tem peso decisivo.

Segundo os coeficientes técnicos do **IEA,** a cultura envarada utiliza aproximadamente vinte vezes mais mão-de-obra do que a cultura rasteira. Em termos de remuneração, o mercado do produto **in natura** é uma opção bastante atraente para o produtor. Em São Paulo, os preços médios recebidos pelos produtores de tomate de mesa, no período 1980-85, foram cerca de três vezes superiores aos do tipo destinado ao esmagamento. Não se pode associar, porém, o comportamento da relação de preços **tomate de mesa/tomate industrial** ao declínio da produção paulista de tomate rasteiro e ao crescimento do estaqueado, pois este diferencial de preços não influi na decisão de plantio do produtor e, sim, os preços relativos das demais culturas existentes nas regiões onde se concentra cada modalidade. Vale ressaltar, também, que, não obstante as cotações superiores alcançadas pelo tomate de mesa, a cultura rasteira confere ao produtor rentabilidade mais estável, significando, por extensão, menor grau de risco em relação às outras olerícolas.

Exploradas em regiões distintas no estado de São Paulo, as duas formas de cultivo apresentam-se, de modo geral, distribuídas próximo aos locais de suas respectivas destinações. A produção de tomate rasteiro está concentrada próximo às indústrias processadoras, nas **Dira** de Araçatuba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto que, em 1986, responderam por 87% do total produzido no estado. Já a cultura envarada encontra-se mais dispersa por todo o estado, porém a maior concentração da produção localiza-se nas regiões próximas ao principal centro consumidor, o município de São Paulo, nas **Dira** de Campinas e Sorocaba. Cerca de 80% da

produção paulista de tomate de mesa, em 1986, procederam dessas duas regiões.

A elevação expressiva da produtividade física dos tomatais (sobretudo no que se refere ao tomate para fins industriais), observada no país, nos últimos quinze anos, é também conseqüência da crescente necessidade que o produtor tem de adquirir conhecimentos específicos sobre a lavoura, o que leva à adoção de novas tecnologias. Desta forma, busca minimizar o alto risco inerente à cultura, a fim de garantir o sucesso de uma atividade que lhes exige vultosos investimentos. Por sua vez, conduzida de forma mais intensiva, a cultura estaqueada exige tecnologia mais aprimorada, pois visa ao mercado para consumo **in natura**, sendo imprescindível a obtenção de frutos padronizados e de boa qualidade.

É interessante observar a crescente importância do produtor arrendatário no cenário da produção paulista de tomate nos últimos dez anos, embora o último recenseamento oficial registre ainda hegemonia dos proprietários. Entre 1975 e 1980, os arrendatários dobraram sua área de cultivo (ultrapassaram em 7% a área explorada pelos proprietários) enquanto que, em termos numéricos, mantiveram-se praticamente constantes. Isto significou uma expansão na área média cultivada por arrendatário de 4,7 ha para 7 ha. Também tornaram-se predominantes em relação à quantidade produzida, superando no decorrer do qüinqüênio, a participação dos proprietários na produção total (em 1975, segundo o **IBGE**, 24% da produção do estado correspondiam às lavouras dos arrendatários, proporção que em 1980 atingiu 42%, enquanto a parcela relativa dos proprietários decresceu de 52,4% em 1975, para 37%, em 1980).

Esta alteração substancial na distribuição das categorias de agricultores está vinculada ao próprio desenvolvimento da cultura no estado, em especial da cultura rasteira, que começou a apresentar profundas modificações tecnológicas a partir da década de 70, acompanhando o surto de modernização da indústria de processamento. O fato de a cultura exigir constante rotatividade das áreas cultivadas por motivos fitossanitários (o plantio em áreas já contaminadas pode inviabilizar toda a produção) favorece o arrendatário que, por não ter bens de raíz, dispõe de mais flexibilidade para se deslocar[2].

Entretanto, o arrendamento em si e o deslocamento da cultura para áreas mais favoráveis não constituem uma condição essencial à exploração do tomate. Efetuar a rotação de culturas dentro da mesma propriedade é uma alternativa utilizada por muitos produtores de São Paulo. No Nordeste, nos perímetros irrigados dos projetos de colonização coordenados pela **Codevasf**, onde se concentram as áreas de cultivo (Pernambuco e Bahia), não se verifica o rodízio da cultura e o arrendamento ocorre em proporções bastante inferiores às observadas em São Paulo. Os produtores instalados na região do Vale do São Francisco, são, em sua maioria, colonos minifundiários, o que dificulta ou impede a rotação de terras ou pousio. Por esse motivo, tais práticas, embora consideradas essenciais, são relegadas nos perímetros irrigados. A baixa umidade relativa do ar e à pouca precipitação pluvial, que caracterizam o clima da região, impedem a proliferação da maioria dos agentes (fungos e bactérias) patogênicos ao tomate, e permitem a produção de frutos com alto índice de sanidade, mesmo sem a observância das práticas mencionadas.



As sucessivas crises que afetam a produção de tomate industrial evidenciam a necessidade de mudanças substanciais na estrutura produtiva e na sua relação com a indústria, de modo a torná-la menos subordinada ao sistema oligolipolizado de processamento da matéria-prima, a fim de se evitar o colapso da atividade.

2 "Sendo assim, o uso da terra se dá predominantemente através do arrendamento, embora maior parte dos produtores seja também proprietária". – Farina, Elizabeth M. M. Querido, Cyrillo Denise Cavallini – **"Padrões de Comercialização de Tomate Industrial no Estado de São Paulo" – Fipe,** São Paulo, 1986.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES

QUADRO 18 – BRASIL – PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS[1] PELOS AGRICULTORES NO PRIMEIRO SEMESTRE – 1984-87

PRODUTO		PREÇO MÉDIO (Cz$/unidade)				VARIAÇÃO (%)		
		1984	1985	1986	1987	1985/84	1986/85	1987/86
Algodão em caroço	kg	28,53	15,85	18,86	14,35	–44	19	–24
Amendoim em casca	kg	17,51	11,55	12,43	8,02	–34	8	–35
Arroz em casca	kg	8,41	8,77	10,16	6,07	4	16	–40
Banana	dz	6,53	5,40	7,02	7,74	–17	30	10
Batata-inglesa	kg	9,72	6,13	14,82	11,78	–37	142	–21
Cacau	@	1.373,09	1.099,02	1.097,91	913,52	–20	0	–17
Café em coco	kg	21,44	38,68	92,48	36,43	80	139	–61
Caju	kg	32,31	12,15	30,86	24,63	–62	154	–20
Cana-de-açúcar	t	502,90	463,25	420,08	414,44	– 8	– 9	– 1
Cebola	kg	14,12	9,94	15,34	11,19	–30	54	–27
Coco-da-baía	um	5,88	8,85	6,88	6,58	51	–22	– 4
Feijão	kg	33,76	17,15	23,42	20,32	–49	37	–13
Fumo em folha	kg	38,79	45,71	53,31	35,31	18	17	–34
Juta	kg	16,08	13,12	19,52	18,54	–18	49	– 5
Laranja	cento	98,73	108,58	102,62	65,26	10	– 5	–36
Malva	kg	24,27	13,67	22,97	19,20	–44	68	–16
Mamona	kg	19,31	9,71	7,18	6,50	–50	–26	–10
Mandioca	t	1.949,71	2.083,54	1.576,75	1.561,94	7	–24	– 1
Milho	kg	6,54	5,12	6,18	4,15	–22	21	–33
Pimenta-do-reino	kg	69,71	83,03	169,65	148,72	19	104	–12
Sisal	kg	8,55	7,49	9,23	6,16	–12	23	–33
Soja	kg	11,44	8,36	8,51	6,23	–27	2	–27
Tomate	kg	8,93	8,37	15,55	11,54	– 6	86	–26
Trigo em grão	kg	23,31	11,07	13,12	7,78	–53	18	–41
Uva	kg	8,11	7,19	10,17	21,10	–11	41	108
Bezerro	cab	3.411,55	3.500,21	4.797,08	5.421,13	3	37	13
Boi Gordo (corte)	@	848,85	640,84	904,70	1.081,32	–25	41	20
Boi Magro	cab	6.791,93	6.462,79	8.992,96	10.225,82	– 5	39	14
Frango (corte)	kg	41,14	30,68	41,37	38,98	–25	35	–6
Lã	@	1.293,98	1.277,85	1.194,93	1.006,54	– 1	– 6	–16
Leite	l	8,56	7,69	7,83	9,89	–10	2	26
Mel de abelha	l	154,68	100,67	102,18	85,62	–35	2	–16
Ovos	dz	27,98	20,06	24,29	25,00	–28	21	3
Suíno (corte)	@	659,94	530,56	649,64	530,85	–20	22	–18
Vaca leiteira (raça)	cab	15.367,39	16.736,76	24.247,14	30.112,12	9	45	24
Vaca leiteira (comum)	cab	10.107,58	10.317,72	12.381,25	17.951,81	2	20	45

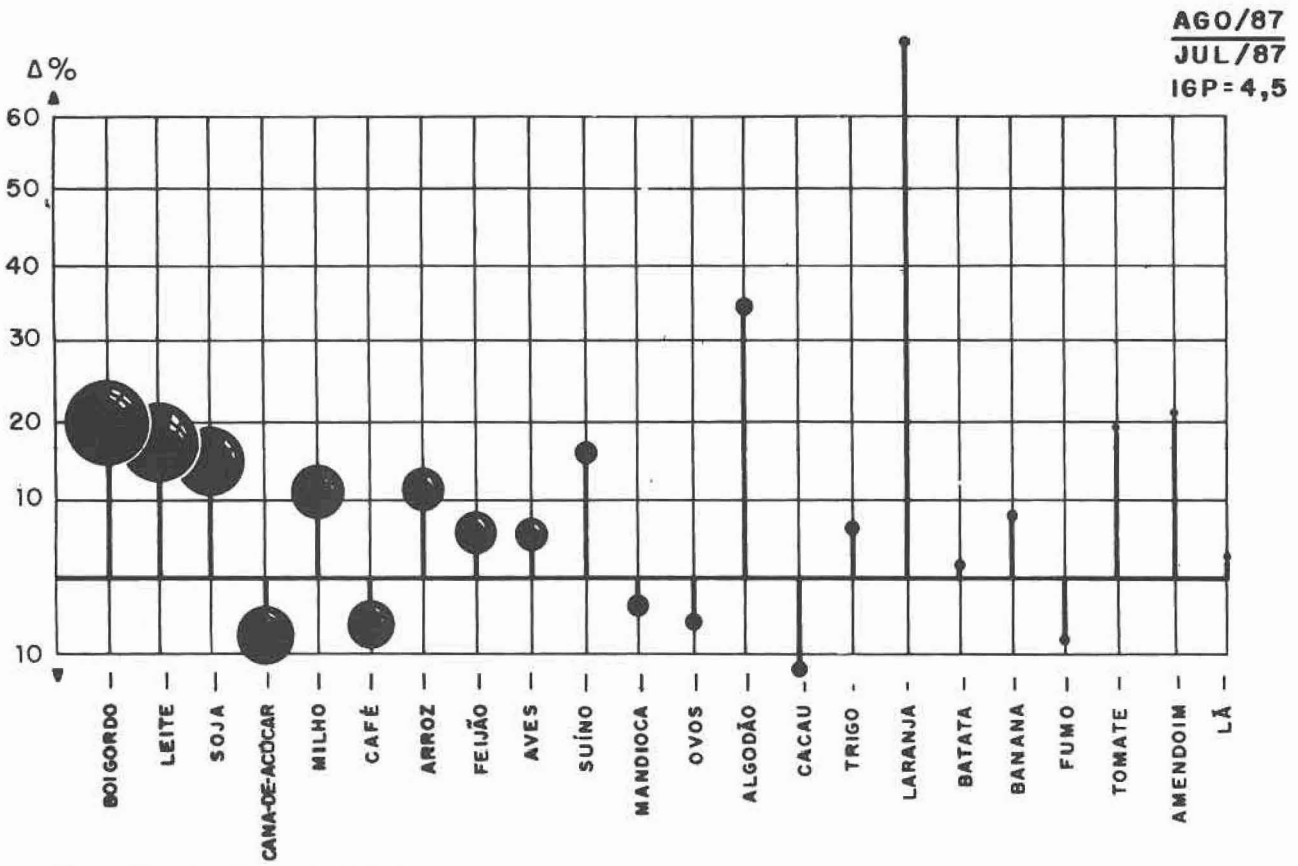
FONTE – FGV/Ibre/Cea.

[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1987. **@ = 15 kg**

O Quadro 18 apresenta os preços médios recebidos pelos agricultores no **Brasil** como um todo (em Cz$ de setembro de 1987) e suas variações percentuais, considerando-se a média do primeiro semestre de cada ano. Constata-se que a queda desses preços, no nível do agricultor, foi generalizada em dois dos três períodos, precisamente nos anos de safra abundante. Em 1986, houve certa recuperação dos preços recebidos, a qual, entretanto, foi insuficiente para impedir que, descontada a inflação, se registrasse, no primeiro semestre de 1987 (mais da metade dos produtos), nível inferior ao vigente no primeiro semestre de 1985. Dentre as quedas mais espetaculares, notam-se nas lavouras, as da laranja (–40%), mamona (–33%), amendoim e arroz (–31% cada uma), trigo (–30%), coco-da-baía (–26%), soja (–25%), fumo (–23%) e milho (–19%); e nos produtos animais, a da lã (–21%) e do mel de abelha (–15%). Não houve distinção entre produtos destinados preponderantemente ao mercado interno ou à exportação.

Note-se que, durante o intervalo examinado, os produtos atendidos pela política de preços mínimos foram beneficiados pela correção dos preços-base no período de colheita, mas esta correção não foi suficiente para sustentar as cotações, sobretudo porque os reajustes daqueles preços-base, nos últimos dois anos, foram feitos em níveis inferiores à variação dos índices inflacionários.

E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980. Estes valores aparecem retificados, a partir do nº 4, volume 11.

Este mês, do mesmo modo como nos seis meses anteriores, deixa-se de publicar o gráfico que expressa a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, que está sendo reformulado.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de setembro)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de setembro*
3 – Preço médio na última quinzena de setembro*
4 – Preço médio na última semana de setembro*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	4,64	5,78	5,97	5,94	6,08			6,37		6,89		7,10		7,26				Segundo **E. D. & F. Man** a safra de beterraba da Europa será 1,2 milhão de t menor; a China e a Índia estão com problemas na safra de cana, com ampliação do consumo. É estimado um déficit de 757 mil t no mercado internacional.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	41,20	74,93	74,75	73,80	74,93		74,23			75,59		75,94		75,60				Preços podem ceder mais um pouco com a entrada da safra do Hemisfério Norte.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.073,61	1.909,48	1.911,50	1.892,00			1.909,48			1.926,52		1951,67		1.974,43				Apesar da quebra da produção baiana em função da estiagem, estoques abundantes exercem pressão no sentido da queda dos preços.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	205,41	115,48	114,26	114,21			115,43			118,77		120,35		121,89		123,44		Reintrodução do **AIC** a preços superiores aos vigentes no mercado.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	166,68	175,15	178,22	178,25			175,15			184,33		189,62		191,82		189,87		Eleva-se, nos **EUA**, a demanda pare processamento, mas as exportações estão abaixo do previsto.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	480,05	522,25	528,8	527,25			522,25		530,59		536,92		542,15		543,64			A redução dos estoques finais nos **EUA** como conseqüencia da reavaliação da safra 1986/87 daquele país aqueceu os preços da oleaginosa em plena colheita norte-americana.
SOJA FARELO US$/tonelada	150,71	168,87	172,15	171,00	168,81		165,51	163,92		162,87		162,29						O decréscimo registrado dos estoques de farelo, nos **EUA, Brasil** e **Argentina**, em setembro último influencia positivamente as cotações.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	258,72	293,82	294,30	291,85			293,82			304,37		292,63		278,88		282,48		O último relatório de oferta e demanda divulgado pelo **USDA** aponta uma redução na produção norte-americana e um aumento do consumo do cereal naquele país.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de setembro de 1986, corrigido pelo IGP, para setembro de 1987
2 – Preço médio no mês de setembro
3 – Preço médio na última quinzena de setembro
4 – Preço médio na última semana de setembro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	947,42	1.695	1.750	1.750		Leilões da **CFP** e entrada da safra setentrional recompõem estoques das indústrias.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	1.060,82	849,28	860,00	870,00		A liquidação dos **EGF** vencidos em setembro deverá elevar a oferta. Os preços de venda do governo têm sustentado o mercado.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	13.216,35	5.037,50	4.956,10	4.807,40		Quotas internas dos exportadores, baseadas em seus estoques, aumentam a demanda no interior.
BOI GORDO Cz$ /arroba	1.073,00	970,45	1.000,00	1.000,00		Final de entressafra. Oferta de animais engordados em confinamento. Mercado consumidor reprimido pela queda do poder de compra da população em geral. Pecuaristas pressionam os preços, retendo os animais.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo: Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de précisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contató com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	1.719,26	1.472,62	1.475,00	1.475,00		O final da colheita da safra dè inverno deve acarretar um processo de alta. Não durará muito, porém, pois em breve o Paraná iniciará a colheita da **safra das águas.**
FRANGO Vivo Cz$/kg	31,53	28,26	28,25	27,90		Ajuste dos plantéis à menor demanda, visando à recuperação das cotações.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	346,08	275,95	294,00	314,00		Governo procura valorizar os leilões oficiais, de modo a não prejudicar o plantio da safra 1987/88.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$/60 kg	516,33	656,19	659,00	653,20		Leilões dos estoques da **CFP** estabilizam os preços

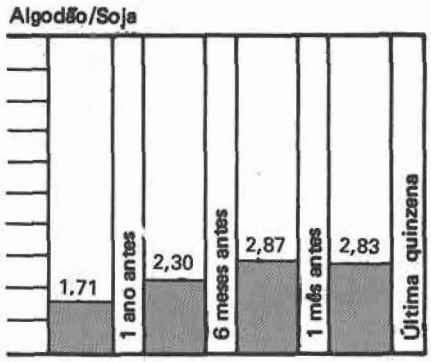
FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

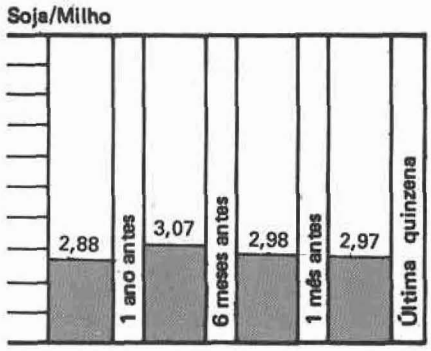
PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

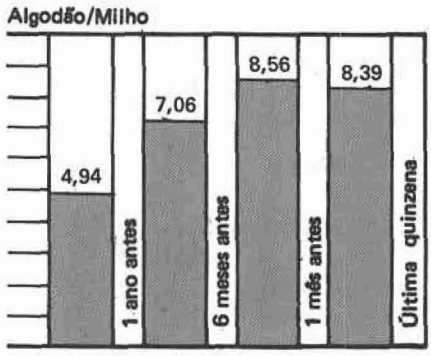
Em consonância com o ocorrido no mercado da soja, o preço do algodão estabilizou-se, na última quinzena, frente ao da média do mês. A despeito da pressão baixista que a colheita da fibra, atualmente em andamento nos **EUA**, possa exercer, os estoques são curtos frente à demanda, que foi avaliada pelo **Census Bureau**, em agosto, 14% e 15% acima, respectivamente, dos níveis de junho e de um ano antes. Conseqüentemente, o preço relativo **algodão/soja** não sofreu alteração.



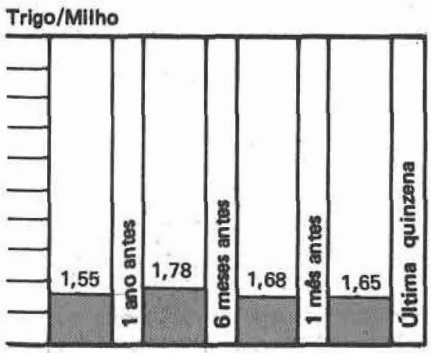
A despeito das avaliações pessimistas quanto à disponibilidade de soja brasileira para exportação, a **Bolsa de Chicago** praticamente não registrou, na quinzena, avanço na cotação da leguminosa frente à da média do mês. O mercado mundial está sendo influenciado pela expectativa de oferta semelhante à do ano-safra anterior, ao mesmo tempo em que, circulam boatos de que a colheita norte-americana venha a ser maior do que o esperado, devido às boas condições meteorológicas verificadas nas regiões produtoras. Há um ano, a relação de preços **soja/milho** era muito semelhante.



Muito acima do preço relativo de há um ano, devido ao avanço de 80% havido, no período, na cotação do algodão, o mais recente indicador **algodão/milho** localizou-se em patamar próximo ao da média do mês. Nos últimos quinze dias, o preço do milho avançou apenas 2%, tendo em vista a retração das vendas, devido às más condições meteorológicas nas regiões produtoras. A revisão baixista do balanço norte-americano de oferta e demanda realizada pelo **USDA**, em meados de setembro, aparentemente não conseguiu aquecer este mercado, tendo em vista a redução de apenas 2% prevista para os estoques finais.



Também o trigo não teve seu preço alterado na quinzena, comparativamente ao da média do mês. A despeito da concorrência exercida pelo produto canadense nas vendas internacionais, a análise do mercado aponta para a inexistência de fatores que sustentem eventuais elevações da cotação deste cereal.

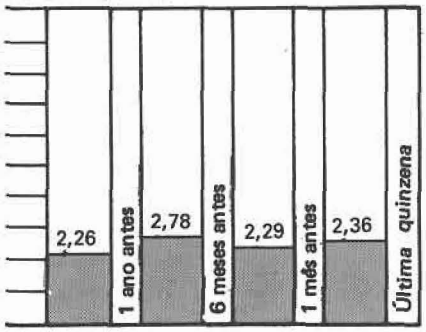


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

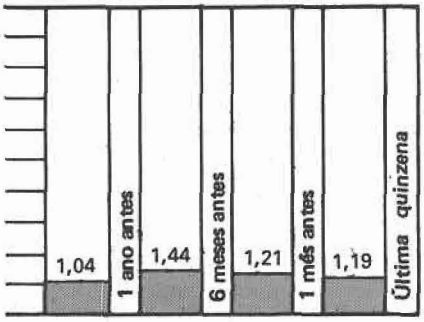
O mercado avícola vem se ressentindo da conjugação de elevada oferta de aves para corte e a gradual queda do poder de compra dos consumidores. Em consequência, na quinzena, o preço do **frango vivo** manteve-se estável frente ao da média do mês. Como, no período, a cotação do **boi gordo** avançou 3%, o preço relativo **boi gordo/frango vivo**, da última quinzena, aumentou, comparativamente ao da média do mês.

Boi Gordo/Frango Vivo



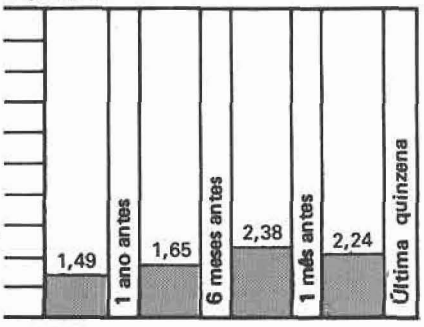
Com a entressafra da soja e do milho, a tendência de elevação dos preços destes grãos vem pressionando os custos dos avicultores, que viram, na quinzena, declinar a relação de preços **frango vivo/ração**, frente à da média do mês. Há 6 meses, a posição era mais favorável aos criadores, face ao início da colheita das safras daqueles insumos.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



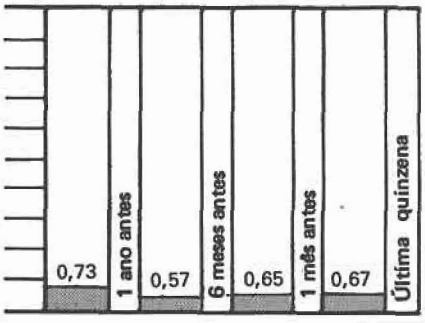
Na última quinzena, o mercado do milho avançou 6,5%, embora, em termos reais, ainda esteja em patamar inferior ao de um ano antes. A elevada safra colhida continua, portanto, a exercer grande pressão neste mercado, o que justifica o mais recente preço relativo **soja/milho** ser muito inferior ao de um ano antes.

Soja/Milho



O mercado de **feijões carioquinha e preto** não se alteraram na última quinzena, fazendo permanecer estável o preço relativo destas leguminosas frente ao da média do mês.

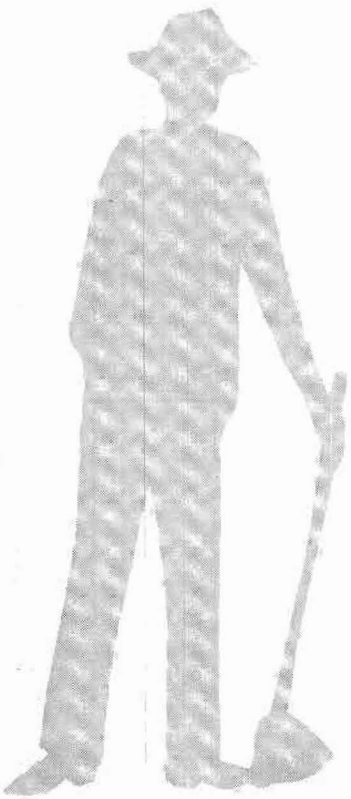
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal **(Decreto 68.678/71)**, são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 00 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1987, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE SETEMBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	45.077	946.300[2]
Algodão	1.940.348	1.573.354
Algodão arbóreo (em caroço)	655.156	53.679
Algodão herbáceo (em caroço)	1.285.192	1.519.675
Alho	17.538	77.419
Amendoim (em casca)	142.770	196.410
Amendoim (1ª safra)	109.619	154.345
Amendoim (2ª safra)	33.151	42.065
Arroz (em casca)	6.028.371	10.474.619
Aveia (em grão)	152.208	173.978
Banana	390.065	442.306[3]
Batata-inglesa	174.439	2.306.962
Batata-inglesa (1ª safra)	99.236	1.350.050
Batata-inglesa (2ª safra)	75.203	956.912
Cacau (em amêndoa)	93.044	66.798
Café (em coco)	...	...
Cana-de-açúcar	3.981.559	257.082.026
Cebola	74.431	845.385
Centeio	3.254	4.410
Cevada (em grão)	101.849	169.108
Coco-da-baía	140.680	478.437[2]
Feijão (em grão)	5.260.983	2.067.032
Feijão (1ª safra)	2.867.398	1.052.395
Feijão (2ª safra)	2.393.585	1.014.637
Fumo (em folha)	299.340	418.453
Guaraná (semente)	11.604	1.866
Juta (fibra)	20.495	17.435
Laranja	727.054	73.937.086[2]
Maçã	21.136	1.666.455[2]
Malva (fibra)	44.254	46.119
Mamona	285.481	112.619
Mandioca	2.025.083	24.811.964
Milho (em grão)	13.636.711	26.925.279
Pimenta-do-reino	20.252	45.447
Rami	7.100	15.500
Sisal (fibra)	302.346	229.964
Soja (em grão)	9.160.673	16.875.812
Sorgo (em grão)	246.093	467.176
Tomate	54.288	1.933.109
Trigo	3.380.633	5.329.273
Uva	58.631	563.020

FONTE – IBGE.
[1] Dados preliminares sujeitos a retificações;
[2] mil frutos;
[3] mil cachos.

NOTA – Os dados acima, excepcionalmente, referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ermani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL